

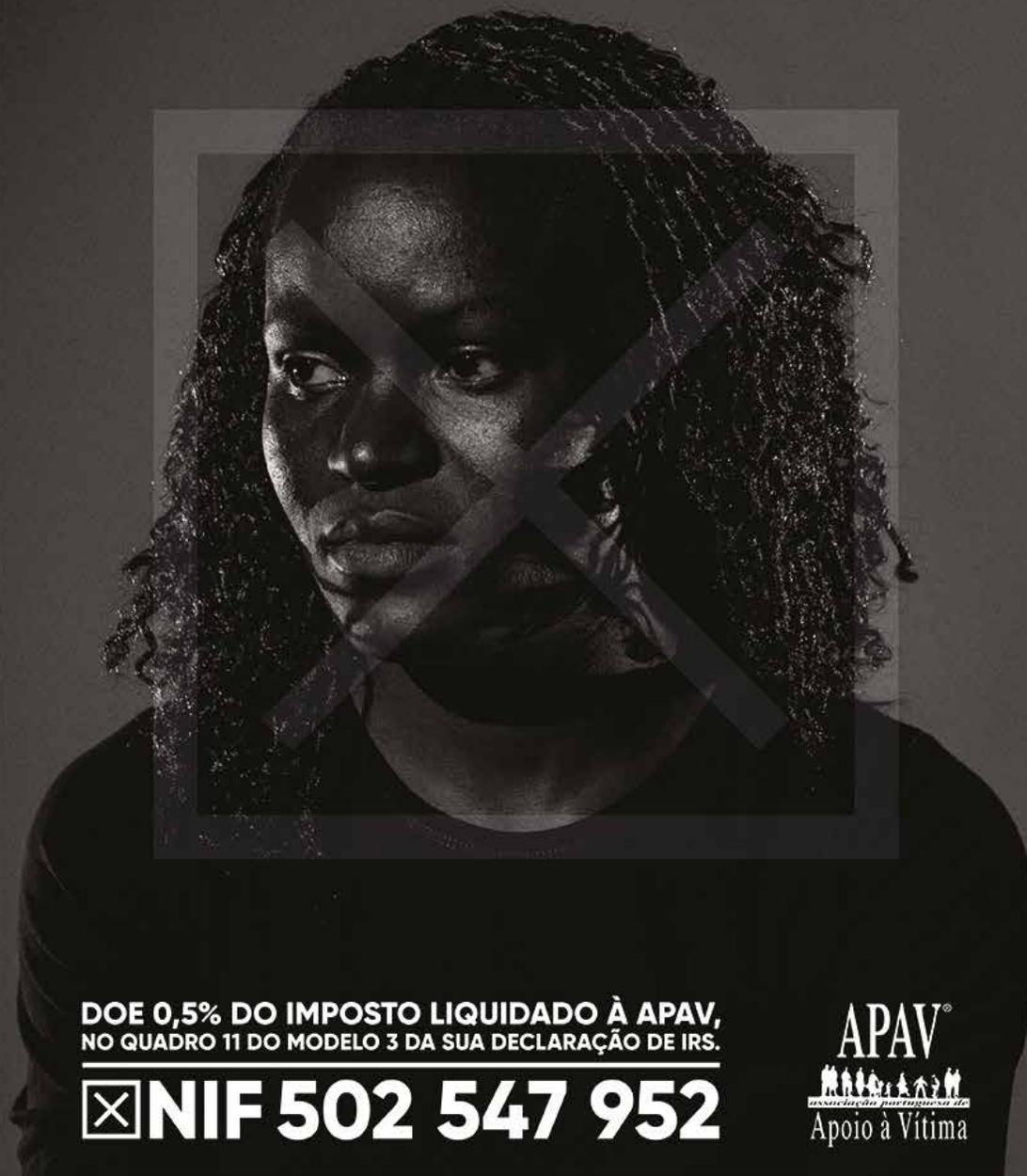
75 **spin**formação

**A FORÇA E A VONTADE
DOS PROFESSORES
DO NORTE**

SPN35



**APOIAR 6933 MULHERES
VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA
POR ANO, SÓ CUSTA X.**



**DOE 0,5% DO IMPOSTO LIQUIDADO À APAV,
NO QUADRO 11 DO MODELO 3 DA SUA DECLARAÇÃO DE IRS.**

☒ NIF 502 547 952

APAV[®]
associação portuguesa de
Apoio à Vítima

spninformação

Diretora Manuela Mendonça · **Editor** António Baldaia

Conselho de Redação Abel Macedo, Henrique Borges, José Manuel Costa, Rogério Ribeiro, Teresa Medina

Colaborador Permanente José Paulo Oliveira

Design Gráfico Ana Alvim · **Capa** Adriano Rangel **Fotografia** Henrique Borges · **Impressão** Multiponto, S.A.

Propriedade Sindicato dos Professores do Norte (SPN) · **Redação e Administração** Rua D. Manuel II, 51/C - 3º - 4050-345 Porto · Tel.: 226 070 500 · Fax: 226 070 595/6

E-mail spninfo@spn.pt · **Site** <http://www.spn.pt>

Tiragem média 15.000 exemplares · **Registo no ICS** 109963 · **Depósito legal n°** 238855/06 · **Distribuição gratuita aos sócios do SPN**

Os artigos assinados não refletem, necessariamente, as opiniões e os critérios da Direção do SPN.

“UNIDOS CONSTRUÍMOS O AMANHÃ QUE QUEREMOS”

[editorial]



Manuela Mendonça
Coordenadora do SPN

A 17 de novembro, o Sindicato dos Professores do Norte (SPN) comemorou 35 anos de existência. Nesta edição, damos conta de algumas iniciativas realizadas no âmbito desta comemoração, como a edição de «As Mãos e o Espírito», de Óscar Lopes, sócio honorário do SPN – uma lição de sapiência eximamente apresentada por Paulo Sucena – e a produção de uma separata desta edição, com um conjunto de testemunhos de sócios fundadores (de entre os primeiros 100). Um exercício de memória, mas também de reafirmação dos princípios e valores que sempre nortearam a ação do SPN, numa inspiradora reflexão sobre o passado, o presente e o futuro do sindicalismo, da profissão e da educação. Parte integrante, ainda que específica, do programa de aniversário do SPN é também a comemoração dos 25 anos d’*a Página da Educação*, projeto editorial de que nos orgulhamos e que é ilustrativo do tipo de sindicalismo que perfilhamos – um sindicalismo de espectro amplo, que não dissocia as questões do estatuto laboral das questões do estatuto profissional e também de estudo e de debate que configuram a especificidade da docência.

Comemoramos este aniversário em festa e em luta. A proposta de Orçamento do Estado para 2018, além de ficar aquém do necessário em termos de investimento na Educação e na Ciência, causou justificada indignação entre os docentes por estabelecer regras diferentes para o tempo a considerar no descongelamento das carreiras.

Num quadro marcado pela falta de negociação com o Governo, os professores mobilizaram-se para defender um descongelamento justo da sua carreira, rejeitando qualquer tipo de discriminação em relação a outras da Administração Pública. Mas não só: continuam a ser objetivos principais da sua luta a aprovação de um regime específico de aposentação; a reorganização dos horários de trabalho com a integração na componente letiva de todas as atividades diretas com alunos; o combate às situações de precariedade e a aprovação de um regime justo e transparente de concursos para todos os docentes. A intensa atividade sindical desenvolvida nas escolas foi decisiva para o sucesso deste processo de luta, que teve como ponto alto a realização, a 15 de novembro, de uma greve nacional e de uma concentração de docentes junto à Assembleia da República, que contou com a participação de mais de 500 professores do Norte. Mais uma vez, o SPN deu um contributo importante para a ação da Federação Nacional dos Professores (Fenprof), mostrando que, aos 35 anos, continua a ser um sindicato vivo e combativo.

A forte adesão dos docentes à luta teve um impacto direto no desenvolvimento do processo negocial. A *declaração de compromisso* assinada na madrugada do dia 18 de novembro consagra o direito à “recomposição da carreira docente”, englobando o reposicionamento dos professores que vincularam após 2013; o descongelamento da carreira a partir de 1 de janeiro de 2018; a recuperação faseada do tempo de serviço, em termos a negociar, ficando, no entanto, assumido o início da recuperação ainda nesta legislatura. Tendo o Governo reconhecido a necessidade de discutir os horários de trabalho e o desgaste profissional – questões que se cruzam com o envelhecimento da profissão e o regime de aposentação – fica uma porta aberta para prosseguir o diálogo e a negociação destas e de outras matérias de grande importância para a profissão.

O que foi conseguido com a declaração de compromisso suscitou uma imediata campanha pública contra os professores, que passaram de injustiçados a privilegiados... Mas, não nos iludamos, os ganhos para que este compromisso só se tornarão efetivos se os processos negociais posteriores garantirem a sua concretização. Daí ser fundamental que sejam acompanhados de perto pelos professores e que estes mantenham a disponibilidade para voltar à luta, caso as negociações não tenham os resultados desejados. Como sempre acontece, para ser bem-sucedida, a luta carece da unidade da classe. As atitudes divisionistas, que também surgiram de imediato, enfraquecem e hipotecam a nossa capacidade de ação coletiva. Devem, por isso, ser firmemente contrariadas.

Como nos lembram os sócios fundadores, “a união e a persistência fazem a força” e “o sindicato somos todos nós”. A luta pela especificidade e dignidade próprias da atividade docente, nos ensinos público e privado, é uma luta contínua porque, “por cada vitória alcançada, logo outros desafios se levantam. Por cada obstáculo ultrapassado logo outros se adinham mais à frente”. Por isso, este aniversário é também “um novo ponto de partida, para um sindicato que nunca esmoreça” e que continue a ser “o reflexo da vontade e da ação dos Professores do Norte”.

Em 2018, o SPN continuará determinado a construir futuro.



15 DE NOVEMBRO: PONTO ALTO DA LUTA DOS PROFESSORES

Os ganhos nem sempre satisfazem as expectativas de todos, mas a reanimação da carreira docente é, em si, um ganho significativo. Mais, corresponde a uma manifestação de unidade, de posição coletiva, numa profissão com tanta diversidade.

A greve e a concentração em frente à Assembleia da República, realizadas no dia 15 de novembro de 2017, foram (mais um) ponto alto da luta dos docentes portugueses, semelhante às greves às reuniões de avaliação nos tempos de Nuno Crato e às manifestações nacionais nos da nada saudosa Maria de Lurdes Rodrigues.

Estes momentos altos de expressão pública de uma indignação em massa tiveram um antes e um depois, indo muito para além de uma mera explosão de descontentamento. Foram fruto da acumulação de insatisfações e de expectativas goradas e permitiram ganhos concretos e janelas de oportunidade para a resolução dos problemas que estiveram na origem da indignação.

Sabemos que os ganhos nem sempre satisfazem as expectativas de todos, mas é inegável que obrigam a tutela a uma aproximação de posições. No caso do dia 15 de novembro, o facto da reanimação de algo que muitos consideravam cadáver (a carreira docente) é em si, por mais ou menos demorada que seja a sua recuperação, um ganho significativo. Mais, corresponde a uma manifestação de unidade, de posição coletiva, num tempo de individualismo e numa profissão com tanta diversidade, muito incomodando os bem pensantes do 'cada um por si'.

Esta luta do dia 15 foi possível porque integrou (e integra) um processo – processo de luta que vem de trás e para o qual deu importante contributo o trabalho sindical nas escolas, as 139 reuniões sindicais e o trabalho de escola dos dirigentes e delegados do Sindicato dos Professores do Norte (SPN) no primeiro período de 2017/2018.

Mobilizar, unir, responder. À tese tola que vê a origem da luta dos professores nos resultados das recentes eleições autárquicas, recordem-se algumas das iniciativas da Fenprof (só as maiores) nos últimos quinze meses, a partir do 50º aniversário da Recomendação Relativa à Situação dos Professores (UNESCO/OIT), comemorado a 5 de outubro de 2016:

07.10.2016 - Encontro “Os professores hoje e os desafios de amanhã”, Coimbra;

11.11.2016 - entrega da petição “Respeitar os docentes, melhorar as suas condições de trabalho e valorizar o seu estatuto de carreira”;

07.12.2016 - Encontro Nacional de Professores, Lisboa;

30.01.2017 a **03.02.2017** - semana de consulta sobre Gestão e Administração Escolar;

18.04.2017 - cordão humano, que deu rosto à profissão, realizado em Lisboa;

21.06.2017 - Greve Nacional de Professores;

04.10.2017 - Plenário Nacional de Professores, Lisboa;

27.10.2017 - Greve Nacional da Administração Pública;

06.11.2017 - início da greve ao trabalho com alunos inscrito na componente não letiva;

15.11.2017 - Greve Nacional de Professores e concentração junto à Assembleia da República.

Agora, num processo negocial em que o Governo vai procurar, na concretização da *Declaração de Compromisso*, diminuir e/ou impedir os ganhos dos professores, a luta terá de continuar: debate, mobilização dos professores, unidade docente e resposta à altura das necessidades.

Só assim será possível iniciar, nos dois últimos anos da legislatura, um processo de resolução de problemas estruturantes da profissão, que constam da petição “Valorizar a educação e os seus profissionais”, entregue ao Governo e à Assembleia da República no final do mês anterior: carreiras, envelhecimento docente, horários de trabalho, concursos, gestão e administração escolar e municipalização.

CONGELADO OU ROUBADO, O TEMPO NÃO PODE SER APAGADO

Uma total compreensão do processo de luta pela recuperação do tempo de serviço não contado para efeitos de progressão na carreira docente exige o regresso ao dia 2 de Junho de 2005, em que um Conselho de Ministros presidido por José Sócrates decidiu – sem prévia negociação com as organizações sindicais – avançar com um conjunto de medidas supostamente justificadas pelo combate ao défice orçamental, qual delas a pior, e entre as quais se incluía a não contagem do tempo de serviço para progressão na carreira.

Esta ofensiva foi precedida pela mais ignóbil campanha até então realizada contra os professores. Um dos alimentadores desta campanha foi um recém-falecido empresário que, no congresso do Sindicato Nacional e Democrático dos Professores «defendeu que é positivo “viver num ambiente de permanente mudança” e sustentou que ninguém deve ficar toda a vida no primeiro emprego. “Porque é que não ocupam cargos como chefe de operações ou nos recursos humanos, optando por uma vida menos sofredora?”, questionou o engenheiro químico, um apologista das “carreiras em ziguezague”» (Público, 22.04.2005). Claro que o referido sindicato – ao convidar tal personagem para o seu congresso – não merecia melhor intervenção. Mas o autor deste ‘convite à mudança de profissão’ voltou à liça nos noticiários do mesmo dia em que se realizou o Conselho de Ministros referido, para afirmar que os professores não educam os alunos antes os deseducam.

Esta calúnia foi veementemente repudiada pela Federação Nacional dos Professores (Fenprof), através do secretário-geral de então, que assim caracterizou um dos maiores merceeiros do nosso país: “tal sujeito não passa de um ninguém, pelo menos ontologicamente, porque não pode ofender tão gravemente um grupo profissional indispensável ao desenvolvimento da sociedade portuguesa com tal vazio de princípios éticos, sociais, políticos e outros. Belmiro é um vazio, é um heterónimo do nada que é a sua substância humana” (Jornal da Fenprof, junho de 2005).

Roubo ou esbulho. A resposta sindical foi imediata e consistiu na convocação de uma pouco usual greve conjunta pela Fenprof e a FNE (a última paralisação conjunta de professores tinha ocorrido em 1989/90), durante quatro dias e em período de exames, contra a tentativa de imposição de medidas extremamente gravosas para os docentes, nomeadamente, visando congelar as carreiras e deixar de contar o tempo de serviço a prestar durante o ano e meio seguinte. Esta greve foi feita debaixo de uma enorme pressão mediática e intimidação governamental, não se conseguindo a necessária alteração da correlação de forças para impedir a lei do congelamento aprovada pela maioria parlamentar socialista.

Depois das férias do verão, a luta continuou com nova greve e manifestação, no dia 18 de novembro, mas a FNE depressa se cansou, e na última hora decidiu ‘saltar fora’, preferindo dar uma mãozinha à ministra Lurdes Rodrigues em troca de um protocolo cheio de coisa nenhuma. Este entendimento ME-FNE não impediu que uma nova lei da mesma maioria parlamentar socialista fosse aprovada no final de 2006, prolongando o congelamento por mais um ano e aumentando o tempo apagado para dois anos, quatro meses e dois dias. Nos anos civis 2008, 2009 e 2010, o tempo de serviço foi contabilizado, para todos os efeitos, de forma normal, mas a 1 de janeiro de 2011 voltou a congelar, situação que se manteve nestes últimos sete anos e só terminará no primeiro dia de 2018. Nestes casos, foram as Leis do Orçamento para os respetivos anos que estabeleceram os novos congelamentos. Em todos os normativos que legalizaram esta situação existe a declarada intenção de que este tempo nunca mais contaria para a progressão na carreira. Por isso, a Fenprof sempre considerou inadequada a designação de *congelamento* (porque o que congela, naturalmente descongela), preferindo chamar-lhe *roubo* ou *esbulho*, que haveria de ser recuperado pela alteração da correlação de forças.



Discriminação anunciada. É neste contexto de aproveitamento de uma conjuntura política mais favorável que, no dia 29.07.2016, o Secretariado Nacional da Fenprof apresenta 10 propostas para que o Orçamento do Estado inicie um ciclo de investimento na Educação, sendo a segunda delas “o descongelamento das carreiras docentes, iniciando-se o processo de contagem do tempo de serviço perdido e de progressão”. Pouco tempo depois, no dia 13 de setembro, foi lançada a campanha *Valorizar a Educação e os seus Profissionais*, ainda em curso, que tem como um dos seus cinco eixos reivindicativos o descongelamento da progressão na carreira com a necessária contagem integral do tempo de serviço. No processo negocial que precedeu a greve do dia 21.06.2017, a negociação de *faseamento* para a recuperação do tempo perdido com congelamentos e regimes transitórios foi, novamente, uma das questões colocadas em cima da mesa, obtendo como resposta o silêncio olímpico da equipa ministerial.

A partir do início deste ano letivo, o problema foi ganhando maior dimensão quando, no quadro do processo negocial de descongelamento das carreiras da Administração Pública, se começou a perceber que os professores iriam ser discriminados em relação a outras carreiras. O que era ainda dúvida transformou-se em certeza com a entrevista da secretária de Estado da Administração Pública ao jornal Público (17.10.2017), onde esclareceu que o legislador, ao estabelecer o congelamento “disse duas coisas: nas carreiras que tenham pontos, eles são contabilizados para efeitos de progressão quando o descongelamento ocorresse; nas carreiras cujo elemento determinante na progressão seja o tempo, o tempo é congelado e não conta.”

Calúnias e encostos. A crescente tomada de consciência desta discriminação e a indignação por ela criada, assim como a cobardia ou arrogância do Ministério da Educação, que se recusava sequer a reunir para discutir o assunto, levou os professores e educadores à participação nas greves de 27 de outubro e 15 de novembro, na primeira, em convergência com toda a Administração Pública e, na segunda, em unidade com todos os sindicatos de professores.

Esta última e a concentração em frente do Parlamento, pela adesão e determinação reveladas, quebraram a prepotência governamental e provocaram a abertura de um processo negocial em período de greve (facto muito raro), acompanhado ao minuto por António Costa.

A relação entre a ação reivindicativa e o resultado da negociação nunca foi tão direta e visível como neste caso – na madrugada do dia 18 de novembro as partes em confronto assinaram uma trégua a que deram o nome de *Declaração de Compromisso*. Os principais compromissos assumidos foram a recuperação do tempo de serviço ainda na actual legislatura, o reposicionamento dos docentes retidos no 1º escalão, a garantia de respeito pelo atual Estatuto da Carreira Docente, sem quaisquer agravamentos de tempo de serviço prestado nos escalões, e a calendarização do processo de discussão relativo aos horários de trabalho e às questões relacionadas com o desgaste e o envelhecimento da profissão. Este resultado desencadeou a repetição de mais uma campanha mediática contra os professores, pelos mesmos de sempre, e assente na velha e ridícula ideia de que têm uma progressão automática e chegam todos ao topo da carreira, apesar de ainda nenhum lá ter chegado. Provocou também a inveja dos polícias e dos militares, que, apesar de terem as armas, se encostaram logo aos professores, exigindo também para eles o fruto da nossa luta, apesar de o mesmo não se aplicar ao regime de aposentação que só eles recuperaram no início deste ano.

Sejam quais forem as calúnias e os encostos, a conclusão deste processo dependerá fundamentalmente da mobilização, determinação e persistência que formos capazes de demonstrar.

Faria Pinto
direção SPN

“JÁ NÃO ESTAMOS NO VERÃO QUENTE DE 75”



São múltiplas as questões que vão sendo colocadas. Há, no entanto, um denominador comum – o CCT da FNE, que permite uma completa desestruturação e o aumento dos horários, contribuindo para a imposição de soluções, quase sempre de forma unilateral, o que contraria o Código de Trabalho.

Continuam a verificar-se atitudes de arrogância, prepotência e abuso de poder em muitas escolas do ensino particular, ensino artístico e ensino profissional privado, decorrentes da publicação do Contrato Coletivo de Trabalho (CCT) assinado pela Federação Nacional da Educação (FNE) e outros com a Confederação Nacional de Educação e Formação (CNEF), que engloba a AEEP (Associação de Estabelecimentos de Ensino Particular e Cooperativo), a ANESPO (Associação Nacional de Escolas Profissionais) e outras associações.

Efetivamente, foram criadas condições agravadas de pressão sobre os docentes daqueles estabelecimentos de ensino, que diariamente se confrontam com atitudes intimidatórias, procurando obrigá-los à adesão a um contrato que é efetivamente penalizador, uma vez que agrava de forma significativa as condições de trabalho de todos aqueles que aderirem.

Prova disso foi a situação criada pela direção da ArtEduca (Conservatório de V.N. Famalicão) que, aquando da deslocação dos dirigentes do Sindicato dos Professores do Norte (SPN) para a realização de uma reunião, e perante o facto de não ter proporcionado a disponibilização de uma sala para o efeito, não teve qualquer problema de afirmar, pela voz do seu diretor: “Tenho uma coisa para lhes dizer, já não estamos no Verão Quente de 75...”

Outro exemplo são as evidentes atitudes persecutórias de que tem sido alvo um dirigente do SPN, docente no Colégio Internato dos Carvalhos (V.N. Gaia) que, no seguimento da sua participação no lançamento da petição da Federação Nacional dos Professores (Fenprof) em defesa de melhores condições de trabalho para os docentes do setor, que ocorreu à porta do referido colégio, foi alvo de uma advertência escrita por parte da direção da instituição. Esta é apenas uma das muitas realidades vividas por docentes das escolas particulares e que demonstra de forma clara os comportamentos assumi-

dos no dia-a-dia por direções que, assim, procuram subjugar todos aqueles que exercem funções nos estabelecimentos que dirigem.

Problemas multiplicam-se. O SPN está a acompanhar de perto várias situações que diariamente são denunciadas procurando apoiar de forma célere todas elas. De Santa Maria da Feira a Bragança, são múltiplas as questões que vão sendo colocadas, havendo, no entanto, um denominador comum a todos os casos – o CCT da FNE, que permite uma completa desestruturação e o aumento dos horários e está a contribuir para a imposição de soluções, quase sempre de forma unilateral, o que contraria o que está claramente determinado pelo Código de Trabalho.

A par desta, verificam-se outras questões extremamente preocupantes. Processos de encerramento ou declaração de insolvência de escolas privadas não tendo sido acautelados os direitos de todos aqueles que ali trabalham, verificando-se situações de meses com vencimentos em atraso.

Exemplo disso é o Colégio Vieira de Castro, no Porto, que encerrou portas de forma abrupta, colocando no desemprego vários trabalhadores (entre pessoal docente e não docente), que, depois de uma vida dedicada àquela instituição, se veem agora sem perspectivas de futuro a nível profissional, além das graves implicações na sua vida pessoal.

O SPN continuará a acompanhar sindicalmente e juridicamente esta e todas as situações que venham a ser denunciadas ao sindicato, acionando os mecanismos necessários junto da Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT) e da Inspeção Geral da Educação (IGE) e manterá, no contexto da Fenprof, como tem vindo a fazer, toda a pressão junto da CNEF para que a curto prazo seja possível encontrar uma alternativa à situação caótica em que está mergulhado este setor de ensino.

Negociações com o ME

PERANTE A INFLEXIBILIDADE DO MINISTÉRIO, A LUTA TERÁ DE SER O CAMINHO



Os concursos de 2017 constituíram um verdadeiro descalabro, de que demos conta na edição anterior, quando até havia condições para, pelo menos, não serem centro de atenções pelos piores motivos, como o foram. Demos, então, conta dos principais problemas constatados, de que se destacam:

- manutenção de muitos factores de injustiça no termo do processo negocial que redundou na publicação do Decreto-Lei nº 28/2017;
- insuficiente abertura de vagas (ainda que significativa), quer no concurso interno, quer no concurso de integração extraordinário – neste caso exacerbada pela ilegal supressão de 713 vagas, que deveriam ter sido abertas, mesmo respeitando os restritivos critérios definidos pelo ME;
- injustificada e ilegal exclusão de mais de 350 docentes das listas definitivas de colocação dos concursos externos;
- injustificada e, na nossa opinião, ilegal alteração de procedimentos no concurso de mobilidade interna, sendo preenchidos, nas listas de 25 de agosto, apenas horários anuais completos;
- em conjugação com o referido no ponto anterior, alteração de procedimento na 1ª reserva de recrutamento (RR), em que já houve preenchimento de horários completos e incompletos, tendo 1323 docentes sido colocados em horários incompletos, na maior dos casos já disponíveis em agosto e pretendidos por docentes mais graduados que não os puderam ocupar;

– recusa do Ministério da Educação (ME) em reconhecer o problema e a sua responsabilidade no mesmo, recusando sucessivas propostas da Federação Nacional dos Professores (Fenprof) para, se não resolver, pelo menos atenuar o mesmo, fosse pela anulação das listas de 25 de agosto, ainda antes da saída dos resultados da RR01, fosse pela permissão de candidatura dos docentes colocados em mobilidade interna aos horários a disponibilizar para a RR02, fosse, ainda, pela sua colocação administrativa nas escolas e agrupamentos em que teriam sido colocados caso o critério de preenchimento de horários não tivesse sido alterado.

Perante este cenário, o anúncio pelo ME da realização excepcional de um concurso interno em 2018, bem como do concurso de mobilidade interna associado, ainda permitiu pensar que o mesmo poderia constituir forma de evitar que, ao menos, o problema surgido em 2017/18 não perduraria para 2018/19 e seguintes.

Pura ilusão, já que a proposta apresentada aos sindicatos em 31 de outubro, e posteriormente inalterada, ao permitir a manutenção da plurianualidade das colocações em mobilidade interna, não impondo a generalização da candidatura a todos os docentes de quadros de zona pedagógica (QZP), perpetua a injustiça do processo de colocações de 2017.

Este processo tem ainda agendada mais uma reunião no processo



regular de negociação, seguindo-se o processo, que a Fenprof acionará, de negociação suplementar, mas a inflexibilidade já deixada clara pela secretária de Estado Adjunta e da Educação não permite prever qualquer alteração àquela intenção. A confirmarem-se os nossos receios, e ainda que dependendo do número de vagas que venham a ser abertas no concurso interno, o concurso de 2018 poderá tornar-se uma quase inutilidade – exceção feita aos concursos externos, incluindo um novo concurso extraordinário.

Ensino Artístico. No mesmo dia 31 de outubro, o ME apresentou uma proposta de regulamentação de concursos regulares, interno e externo, para os estabelecimentos públicos de Ensino Artístico Especializado da Música e da Dança e uma proposta de concurso extraordinário, a realizar em 2018, para as escolas públicas de Artes Visuais e Audiovisuais.

Desde logo se assinala a péssima técnica legislativa, com estas duas propostas a integrarem o mesmo diploma, conjuntamente, também, com as medidas relativas aos concursos gerais (interno, externo, externo de integração extraordinária e de mobilidade interna) a realizar em 2018. Enfim, uma verdadeira salganhada legal...

Mas, obviamente, a questão técnica é de somenos importância, estando essa, isso sim, nas propostas concretas que, no caso da Música e da Dança, têm algum mérito, mas deixam de fora o cumprimento de um compromisso do ME, que era promover, em 2018, também para este nicho específico, um concurso externo de integração extraordinária.

Quanto às Artes Visuais e Audiovisuais, acontece precisamente o inverso, sendo proposta a realização de um concurso externo de

integração extraordinária, mas não se prevendo a regulação de concursos regulares que garantissem, portanto, que situações de precariedade repetidas não viriam de novo a surgir.

Progressões. Ainda no último dia de outubro, e para negociação conjunta com as matérias atrás referidas, o ME apresentou uma proposta de portaria regulamentadora das regras relativas ao preenchimento das vagas para progressão aos 5º e 7º escalões da carreira, prevista no artigo 37º do Estatuto da Carreira Docente.

Também aqui, infelizmente, não temos grandes razões para sorrir, ainda que a proposta contenha alguns aspetos positivos, mas que se tornam pouco relevantes perante a inflexibilidade do ME em aspetos muito mais relevantes.

É o caso da recusa de que a portaria defina percentagens mínimas de vagas a abrir em cada ano, respeitando os termos acordados, em janeiro de 2010, entre a Fenprof e a então ministra da Educação, Isabel Alçada – um compromisso que era de abertura anual de um mínimo de 50% de vagas para acesso ao 5º escalão e de 33% para o 7º, podendo os despachos a publicar anualmente definir percentagens superiores a estas, mas nunca inferiores.

É ainda o caso da reivindicação, negada pelo ME, de que o tempo acrescido de permanência no 4º ou 6º escalões, por força da não obtenção de vaga, seja depois compensado pela redução equivalente, ainda que faseada, da permanência nos escalões superiores após a progressão aos mesmos.

Perante isto, e embora estes processos negociais não estejam ainda fechados, tudo indica que a luta terá de ser o caminho se queremos alcançar uma maior justiça e razoabilidade da lei nestas matérias.

3ª Conferência de Docentes Aposentados **SATISFEITOS E COM VONTADE DE LUTAR**



Afirmar Direitos / Valorizar Pensões/ Dignificar a Aposentação foi o lema da 3ª Conferência Nacional de Professores Aposentados, que teve lugar no Seminário de Vilar, no Porto.

Estiveram presentes 200 delegados e convidados, 150 dos quais foram eleitos em reuniões de professores e educadores sindicalizados nos sindicatos da Federação Nacional dos Professores (Fenprof), realizadas em todo o país (continente e regiões autónomas).

Na sessão de abertura entrevistaram a coordenadora do Sindicato dos Professores do Norte (SPN), Manuela Mendonça, que dirigiu uma saudação a todos os presentes e a coordenadora do Departamento de Aposentados da Fenprof, Helena Gonçalves, que lançou o tema da conferência à discussão. A discussão

teve muitas e ricas intervenções destacando-se sobre a ADSE e o que os pensionistas têm perdido ou ganhado.

Da parte da tarde realizou-se a conferência *Políticas de envelhecimento ativo e culturas intergeracionais*, por Xosé Manuel Cid Fernández, decano da Universidade de Vigo.

Todos os documentos apresentados foram aprovados, bem como uma moção extra-ordem de trabalhos, *A Paz é um Direito da Humanidade*.

A sessão de encerramento contou com a intervenção do secretário-geral da Fenprof, Mário Nogueira, que abordou a situação atual dos docentes.

Os educadores e professores participantes saíram satisfeitos e com vontade de lutar pelos seus direitos.



ANIVERSÁRIO DO SPN EM S. JOÃO DA MADEIRA

Foi num espaço de luz e sombras, na Casa da Paz, num ambiente quase intimista, que buscámos a história e os afetos de que é feita a luta pela escola de Abril, democrática e inclusiva, e pela dignidade docente.



«Era uma Vez em Outubro», ou a dialética do ensinar e do aprender, foi o ponto de partida deste encontro. Eva Cruz, professora aposentada, autora deste e de outros livros, construídos de vivências da escola, do ensinar e do aprender, foi revelando, de uma forma quase autobiográfica, como era, como foi...

Percorrendo as páginas do livro, Eva revelava uma história que começou em outubro, e que teve mudanças, marcadas por pequenos trechos musicais, tocados ao piano por Nelly Santos Leite. Momentos mágicos!

No percurso, desde a sua entrada para a escola, a escola das desigualdades, fossem de género, fossem de classe, à sua ida para Coimbra e às contradições entre uma pedagogia tradicional e o despontar da revolta, da contestação, à sua entrada para a profissão, como professora provisória, que não ganhava nas férias e ficava no desemprego no final de cada ano letivo, às transformações ocorridas com Abril, às experiências pedagógicas, aos avanços e recuos, sempre ensinando e aprendendo, Eva Cruz abriu o caminho que outros continuaram, falando também das suas próprias experiências como docentes e sindicalistas.

Dos Grupos de Estudo... Manuela Silva transmitiu um pouco da sua vivência como ativista do Núcleo do Norte dos Grupos de Estudo dos Professores, evocando as raízes do sindicalismo docente e a sua marca de classe. Desde 1969 até ao 25 de Abril, os Grupos de Estudo desenvolveram intensa atividade em prol da educação e da profissão docente, num tempo em que os trabalhadores da Administração Pública não podiam ter um sindicato

que os protegesse e os demais sindicatos eram controlados pelo próprio regime.

Apesar da repressão (os seus ativistas eram perseguidos), os Grupos de Estudo realizaram reuniões de professores, publicaram a revista *O Professor*, fizeram abaixo-assinados contra as arbitrariedades do regime, protestaram contra os despedimentos por razões políticas, desenvolvendo movimentos de solidariedade para com docentes vítimas de processos disciplinares, manifestaram-se contra as discriminações em função do sexo no acesso aos estágios pedagógicos, reivindicaram melhores condições de vida e de trabalho. Estiveram na origem dos sindicatos de professores, criados após o 25 de Abril e viram muitas das suas reivindicações assumidas pelo Programa do MFA, de que se destacam: o desenvolvimento de uma reforma educativa, tendo em conta o papel da educação para a promoção de valores democráticos, a revisão do estatuto profissional dos docentes e a melhoria da sua formação.

... **ao sindicato.** Mário David Soares, fundador e primeiro coordenador do SPN, fez referência à sua atividade como ativista sindical, no pós-25 de Abril e à criação do Sindicato dos Professores do Norte (SPN) como a resposta ao compromisso com o poder e o atavismo em que tinha caído a atividade sindical docente.

Foram mais de 500 professores que, reunidos na Escola Secundária Rodrigues de Freitas, no Porto, decidiram criar um novo sindicato, que rapidamente se tornou na força e na vontade dos professores do Norte. A ele aderiram milhares de docentes, logo no primeiro ano de atividade. Foi um período marcado por grandes debates dos professores sobre a educação e a carreira. Discutia-se política educativa com entusiasmo, nas salas dos professores, nos intervalos das aulas...

O SPN erguia-se e impunha-se porque era diferente, embora a atividade sindical se realizasse com as condições mínimas, o que não impedia que se estendesse a todos os distritos e às suas escolas. Os dirigentes e delegados sindicais eleitos assumiam os ideais mais nobres do sindicalismo, o seu entusiástico ativismo em defesa da

dignificação dos professores que representavam e do modelo de Educação e da Escola que defendiam.

Mário David falou, ainda, da organização da Federação Nacional dos Professores (Fenprof), das lutas desenvolvidas ao longo do tempo, das conquistas alcançadas, da sua projeção no presente e no futuro, como fruto vivo do trabalho coletivo, matriz essencial do sindicalismo docente.

Do presente e do futuro falou Francisco Gonçalves, dirigente do SPN, não deixando de considerar que a evocação do passado é fundamental para se perceber o presente e perspetivar o futuro. A memória é essencial para definir e compreender a identidade do sindicalismo docente, tanto mais que vivemos um tempo em que se perspetivam grandes mudanças na composição do corpo docente das nossas escolas. Devido à elevada média etária dos docentes, a curto prazo, mais de metade dos que atualmente estão ao serviço terão de ser substituídos por jovens professores, sem que haja tempo para a devida transição.

Neste olhar o passado, procurando perceber o presente e perspetivar o futuro, fica claro que é preciso preservar a dimensão coletiva do corpo docente. As lutas do passado e do presente provam que, sem essa dimensão coletiva, que só os sindicatos têm condições de promover e organizar, o professor não passa de mero funcionário solitário, que executa tarefas que outros definem, perde poder reivindicativo, identidade e dignidade profissional.

Entre luzes e sombras, na Casa da Paz, recordámos, em registo fotográfico, momentos de vida e ação da organização sindical de Aveiro-Norte, desde a tomada de posse da primeira direção distrital, em 1987, passando por reuniões, jornadas pedagógicas, debates, comemorações do 25 de Abril nas escolas, atividade dos aposentados, ações de luta, percorrendo os últimos 30 anos. Uma assinalável atividade!

Sempre presentes! Unidos construímos o amanhã que queremos!

Direção Distrital SPN-Aveiro Norte



BRAGANÇA E MIRANDELA

Nos dias 17 e 24 de novembro, a direção distrital de Bragança do Sindicato dos Professores do Norte festejou o 35º aniversário deste sindicato, com dois jantares, seguidos de momentos musicais, em Bragança e em Mirandela.

Os professores e educadores presentes saudaram o SPN e as suas estruturas pelas ações de luta desenvolvidas em defesa da carreira

docente e da escola pública. Por outro lado, manifestaram grandes expectativas na possibilidade de resolução dos seus problemas – acrescidos neste distrito devido à sua interioridade.

A direção do SPN-Bragança/Mirandela saúda todos os sócios do distrito pelo seu contributo e apoio para a continuidade da força sindical docente no Norte. “Unidos construímos o amanhã que queremos!”

Sobre «As Mãos e o Espírito», de Óscar Lopes

Profedições (Porto, 2017)

LIÇÃO DE UM MESTRE

Ao comemorar 35 anos, o SPN quis assinalar também o centenário do nascimento do sócio honorário Óscar Lopes. Fê-lo reeditando «As Mãos e o Espírito», lição de sapiência proferida em 1953, no Liceu D. Manuel II, atual Escola Secundária Rodrigues de Freitas (Porto) – onde, em 15.10.1982, um anfiteatro a transbordar decidiu realizar, nos dias 17 e 18 de novembro desse ano, a Assembleia Constituinte do SPN que somos hoje. Anterior secretário-geral da Fenprof e amigo permanente do SPN, Paulo Sucena apresentou a obra e deu, também ele, uma lição de sapiência sobre o “mestre”.

1. As minhas primeiras palavras são naturalmente para felicitar o SPN, os seus dirigentes, os seus associados e todos os docentes da Região Norte que têm o privilégio de serem representados por um sindicato, a muitos títulos incomparável, que festeja o 35º aniversário. A segunda palavra é de júbilo por o SPN reeditar uma notável palestra de Óscar Lopes, uma figura ímpar da intelectualidade, da cultura, da cidadania e da praxis política e social, de quem disse, num texto de há cerca de 30 anos, Damos Rosto ao Futuro – Somos Professores, que era um dos melhores de nós.

E hoje reafirmo que o foi, indiscutivelmente, como professor, investigador, linguista, historiador da literatura, ensaísta, crítico literário e cidadão interventor, nas fileiras do PCP a partir da década de '40, pela liberdade e pela democracia, que o levou às prisões da PIDE em 1955.

2. «As Mãos e o Espírito», cujo conteúdo emana de uma *Oração de Sapiência* proferida em 1 de Outubro de 1953, no Liceu D. Manuel II, teve uma primeira impressão em 1958. Em 2007, comemorando os 90 anos do autor, a editora Campo das Letras trouxe a público uma belíssima edição com prefácio de António Borges Coelho e ilustrações de Ângelo de Sousa, Armando Alves, Jorge Pinheiro e José Rodrigues. Se este é um livro belo enquanto objecto é-o também pela magnífica prosa de Óscar Lopes que não exagero se a perfilar ao lado da poesia de «As Mãos e os Frutos», títulos que semanticamente se tangem, que Eugénio de Andrade ofereceu aos seus leitores em 1948.

Antes de escrever alguma notas cursivas sobre «As Mãos e o Espírito», gostaria de assinalar o facto de, ainda nos dias de hoje, este não ser um texto obsoleto, apesar de estarmos no século XXI, vivendo um tempo de rapidíssimas transformações, um tempo em que a tecnologia evolui tão depressa que vemos à varanda dos dias a possibilidade de os humanos criarem entidades dotadas de inteligência, tais têm sido os avanços no conhecimento do corpo e do cérebro humanos.

Tal possibilidade, ao tornar-se realidade, colocar-nos-á perante uma revolução como outra não houve. Aliás, Óscar Lopes já assinala, em 1953 («As Mãos e o Espírito», pág. 30), que “agora até nos parece que a história humana se está a fazer aceleradamente de dia para dia”. Hoje sabemos que essa aceleração é muitíssimo maior. Um decénio basta para nos confrontarmos com inusitadas novidades. Porém, a palestra de Óscar Lopes não ficou submersa pela poeira do tempo pois continua a ser um estimulante desafio à nossa reflexão.

3. «As Mãos e o Espírito», que o SPN reedita na passagem do centenário do nascimento do autor, é uma narrativa aliciante da história do homem na Terra, que Óscar Lopes nos diz que principia com o diálogo entre a mão e o cérebro. Durante este diálogo o autor releva um acontecimento de primordial importância, a adopção da posição erecta conquistada pelos nossos antepassados que permitiu que as mãos humanas se diferenciassem consideravelmente dos pés na sua anatomia e funções bem como permitiu que a massa encefálica se desenvolvesse em peso e volume. Por outro lado, o uso das mãos em múltiplas funções proporcionou a diminuição da musculatura que movimentava a mandíbula a qual comprimia as paredes do crânio e impedia o desenvolvimento do cérebro. O atrofiamento da mandíbula e da dentição teve como consequência o avolumar do lobo frontal do cérebro, sede do pensamento e da linguagem.

Na história do desenvolvimento dos nossos ancestrais, Óscar Lopes assinala o facto de só o homem ter conseguido “acender o fogo, afiar um gume de sílex ou acumular energia, lentamente, na flexão de



uma vara, para a desencadear, subitamente, na base de uma seta; e esta coisa aparentemente simples e tão extraordinária, que é dar, intencionalmente, uma série de nós”. De todos estes aspectos, Óscar Lopes chama a atenção para a afirmação dos arqueólogos de que o homem principia mesmo a ser homem “com a invenção do fogo”.

4. De outro ângulo, Óscar Lopes sublinha a importância da linguagem com que os humanos manejam “um sistema complicado de classificação e de relação das coisas”. O autor refere ainda que a situação social dos seres humanos era paupérrima enquanto eles foram colhedores de frutos, caçadores ou pescadores selvagens. Mas um novo período, com a duração de cerca de 5000 anos, vai surgir, o Neolítico ou Idade da Pedra Polida, em que os grupos humanos criam dois modos de vida totalmente novos: a pastorícia e a agricultura. Deste modo, “as mãos humanas passam a orientar o ciclo vital de certos animais e de certas plantas”.

Mais tarde, uma nova fase vai ter início na história do homem, com a duração de uns 2000 anos, a qual vai até ao primeiro milénio antes do nascimento de Cristo, isto é, terminou há cerca de 3000 anos, a chamada Idade do Bronze. Nesse período, prossegue Óscar Lopes na sua cativante narrativa, o homem cria e usa o arado, a roda, o barco, a vela, a casa de adobo e depois de tijolo, a fusão do cobre e do estanho e as primeiras ligas metálicas, especialmente o bronze. Na Idade do Bronze, nota Óscar Lopes, criaram-se a escrita fonética, os primeiros sistemas métricos, a numeração decimal, as tabuadas de operações aritméticas, o cálculo das áreas poligonais e circulares, as tabelas astronómicas e os calendários.

Gostaria de assinalar que o autor de «As Mãos e o Espírito» sublinha que durante a maior parte da vida do homem na Terra, ele não conheceu a guerra, que só vem a surgir quando as aristocracias guerreiras decidiram subjugar camponeses ou mineiros enquanto

alguns homens escravizavam outros, obrigando-os a executar os trabalhos mais pesados.

5. Óscar Lopes convoca depois para o seu discurso a entrada dos humanos na Idade do Ferro, aquela em que nos encontramos, diz o autor (ainda nos encontraremos?) e que principiou quando o homem inventou uns fornos especiais onde se fundem os minérios de ferro. O envolvente narrador de «As Mãos e o Espírito» faz-nos entrar agora no período de trocas comerciais que abrangem primeiro a bacia do Mediterrâneo, graças aos fenícios, gregos e cartagineses, e mais tarde se estendem a diversos continentes, graças aos portugueses, espanhóis, franceses, holandeses e ingleses.

Convém também assinalar que Óscar Lopes reflecte de um modo sintético, mas muito claro, sobre o aparecimento do Estado e do cidadão livre em Atenas e Roma, que era ou um mercador ou um proprietário abastado.

Óscar acrescenta que a chamada Antiguidade conheceu o capitalismo comercial, mas mal esboçou o capitalismo industrial, porque os poderosos se preocupavam mais com a posse dos escravos robustos do que com a construção de máquinas industriais e os que enriqueciam com o comércio ou se passavam para agricultura escravagista ou para a usura. Roma conheceu grandes usurários e opulentos latifundiários ao lado de uma miséria crescente, lembra o Óscar Lopes.

6. Continuando a sua atraente narração, o autor diz-nos que o Ocidente vai assistir a uma crise progressiva que se inicia no terceiro século depois de Cristo e se agrava no século VIII, quando o Mediterrâneo se separou em duas partes; uma na Europa ocidental, sob a égide do Império Carolíngio, e outra no Norte de África e Médio Oriente, o Império Muçulmano. A Europa ocidental entrou então

»»



no que se chama 'feudalismo', assente numa economia agrária sem comércio nem moeda.

Óscar Lopes chama ainda a atenção para que é a partir do século XII que as relações comerciais se restabelecem graças às cruzadas que reabrem as rotas comerciais do Mediterrâneo, prolongando-as mas agora até ao Extremo Oriente. Ressurgem então por toda a parte as cidades e a burguesia. Óscar Lopes sublinha também que os progressos da agricultura, a passagem dos escravos a servos da gleba e depois destes a agricultores livres e até pequenos proprietários vai permitir o aumento do poder de compra e abrir portas a uma grande transformação que levou uma parte dos historiadores contemporâneos a considerarem o século XII o princípio do mundo moderno.

Por outro lado, o autor realça o facto de durante a Idade Média se ter generalizado o uso do moinho-de-água "o qual revolucionou, não só a panificação, mas também a serração e a tecelagem; o leme vertical, depois a bússola e as tabelas de astronomia náutica, que revolucionaram a navegação, permitindo os Descobrimientos; a atrelagem moderna que multiplicou várias vezes o poder de tracção dos bois e cavalos; o papel e a imprensa, que revolucionaram a difusão da arte literária (...); a pólvora que abateu a importância da cavalaria feudal, etc."

A leitura atenta desta palestra mostra-nos que o guia do pensamento de Óscar Lopes é a ideia de progresso, o que o impede de considerar a Idade Média, como apressada gente o faz, como um período de amargas trevas.

7. O autor afirma de seguida que "a partir do século XVI, existe uma rede internacional de trocas comerciais e que a noção grega de um estado limitado a uma cidade é substituída pela de Estado Nacional, enquanto "as línguas faladas substituem pouco a pouco o latim como expressão de cultura".

Relativamente ao século XVII, Óscar Lopes ressalta um dado para ele muito relevante, o de irmos assistir àquilo que o autor designa por ideal moderno, "o ideal de Progresso contínuo e colectivo da humanidade". Neste século, diz-nos Óscar, os humanos compreenderam que "o espírito e as mãos dependem vitalmente um

do outro". Ou por outras palavras "a ciência e a técnica estão em constante conversa".

Ao abordar o século XIX, Óscar Lopes considera que "o mercado dos produtos é que passa a ser o regulador universal". E acrescenta que "os limites da acção humana alargaram-se durante o século XIX. O caminho-de-ferro, o vapor, o telégrafo, o telefone, o papel fabricado directamente da celulose, etc., aproximaram todos os seres humanos".

8. Quando a reflexão de Óscar Lopes chega ao século XX, o autor, sem deixar de referir a importância da energia atómica, que no final da palestra retomará, considera que "o próprio homem é um elemento com que mais é preciso contar de futuro".

O futuro onde já se divisa "um predomínio novo do capital bancário sobre o capital industrial; e a tendência para o monopólio". O futuro em que a máquina vai ter um papel extremamente importante, ela que "representa uma vitória do espírito sobre a matéria". E acrescenta: "uma vitória humana que só tem o defeito de ser unilateral, parcial, incompleta".

Uma outra referência não escapa à argúcia de Óscar Lopes, a da Cibernetica, essa ciência nova que tanto vai influenciar os tempos modernos. Tempos em que, constata o autor, "a humanidade dispõe de meios que permitem o próprio suicídio da espécie, a própria extinção da vida sobre a Terra, e outras coisas pouco menos pavorosas do que isso".

A possibilidade de uma guerra, afirma Óscar Lopes em 1953, "nas condições técnicas de hoje, seria o mais monstruoso crime de toda a história da humanidade". E termina, apelando aos humanos para que salvem a Paz. Apelo que tem tanta pertinência ontem como hoje, quando sabemos que uma cabeça oxigenada, dona de toscas mãos comandadas por um espírito ignaro e meio demente, é capaz de carregar num botão e assim destruir o que as mãos e os espíritos dos humanos criaram ao longo de milénios.

64 anos depois este livro continua vivo e actuante. Obrigado, Óscar Lopes!

Paulo Sucena

Assembleia Geral de Sócios aprovou
Plano de Atividades para 2018

TEMPO DE RESOLVER PROBLEMAS



O abaixo-assinado/petição *Pela Valorização da Educação e dos seus Profissionais*, entregue pela Federação Nacional dos Professores (Fenprof) no Ministério da Educação e na Assembleia da República, no final de novembro, identifica os grandes problemas que se colocam aos educadores e professores portugueses: *carreiras* (descongelamento, reposicionamento e recuperação do tempo de congelamento); *envelhecimento docente* (regime específico de aposentação); *horários de trabalho* (clarificação tempo letivo/não letivo); *regime de concursos* (abertura de vagas, acesso universal, graduação profissional e precariedade); *gestão e administração das escolas* (modelo de gestão e a municipalização).

A *Declaração de Compromisso* assinada com o Governo, na sequência da maciça adesão dos professores à greve do dia 15 de novembro e dos 10.000 que nesse dia se concentraram em frente à Assembleia da República abriram portas para iniciar, em 2018, a resolução desses problemas estruturantes.

Depois de dois anos, 2016 e 2017, em que foram repostos alguns direitos e rendimentos retirados pelo anterior governo PSD/CDS-PP, mas também sucessivamente adiado o início da resolução dos problemas estruturantes, o Sindicato dos Professores do Norte (SPN), a Fenprof e os professores devem, agora, concentrar esforços na janela de oportunidade aberta, para que nos dois últimos anos da legislatura sejam dados passos claros e determinados, ainda que faseados, na resolução destes problemas.

Nós, os professores

A campanha mediática anti-Fenprof e anti-docentes, que se seguiu à assinatura da *Declaração de Compromisso*, visou virar a opinião pública contra os professores e fazer germinar no seio do professorado o divisionismo interpares, no fito de impedir/condicionar ao máximo as melhorias na carreira, nos horários e nos rendimentos dos professores (ainda em negociação) e reconfigurar o papel do professor, negando a sua dimensão coletiva, circunscrevendo-o, apenas e só, à dimensão individual.

Dimensão coletiva de que os professores do Norte e o seu mais representativo sindicato (SPN) não abdicam, já que é essa dimensão coletiva que cria condições para que os professores possam, de facto, assumir-se como profissionais autónomos, críticos e responsáveis, e desse modo contribuir para formar cidadãos autónomos, críticos e responsáveis, isto é, “habitantes da cidade”, condição única para a assunção da plenitude da individualidade humana.

A subtração da dimensão coletiva (e da sua expressão) ao professor remete-o para o papel de mero funcionário acrítico que se limita a cumprir zelosamente o superiormente mandado, responsabilizando-se, contudo, pelo que correr mal – assim o impõe o ideário do trabalhador/colaborador, onde o peso do resultado é depositado nos ombros do ‘colaborador’.

Nós, professores, os do SPN e da Fenprof, “não nos resignamos a um modo funcionário de ser”, não abdicamos da nossa autonomia, do espírito crítico, da responsabilidade política e pedagógica à qual

»»



está vinculada a nossa condição docente, reconhecida, aliás, pela Constituição da República Portuguesa e pela Lei de Bases do Sistema Educativo.

Assim, em 2018, o SPN envolver-se-á, institucionalmente, sempre em articulação com os professores e as escolas, na negociação e no trabalho com os diversos atores políticos e da comunidade educativa, e na luta reivindicativa, na organização e desenvolvimento das iniciativas necessárias, com professores e os restantes trabalhadores, no âmbito da Fenprof e da CGTP-IN, no sentido da defesa da educação pública e dos serviços públicos em geral, assim como dos direitos de quem trabalha, condição para a construção de uma sociedade mais justa e mais igualitária.

Valorização da profissão

No plano da valorização da educação e dos seus profissionais, a luta dos professores em 2018 visará:

- recuperar a totalidade do tempo de serviço congelado, no período de tempo mais curto possível;
- criar um regime de aposentação especial para os docentes que considere o desgaste profissional, bem como medidas que melhorem as condições de aposentação antecipada e o exercício de funções dos professores mais antigos;
- clarificar o que é tempo letivo e tempo não letivo, partindo do pressuposto que todo o trabalho com alunos é tempo letivo;
- rever o modelo de concursos, de forma a que contemple uma abertura de vagas de acordo com as necessidades das escolas, o acesso universal às mesmas, a ordenação dos candidatos unicamente pela graduação profissional e o combate à precariedade;
- rever e democratizar o modelo de gestão e administração escolar e combater a municipalização.

No que se refere ao Ensino Particular e Cooperativo, o SPN tem vindo a desenvolver nos últimos quatro anos uma ação que visa melhorar o acompanhamento das questões relativas a este setor e reforçar de forma significativa o apoio aos seus associados que nele exercem funções. Reconhecendo que ainda muito está por fazer torna-se necessário, entre outras coisas, alargar o âmbito de intervenção da Comissão do EPC/Profissional/Artístico de forma a que 2018 seja sinónimo de uma maior participação do SPN junto dos docentes. Neste sentido, além da ação desenvolvida no âmbito da ação sindical diária, propomo-nos promover um Encontro Regional, no segundo período, para abordar matérias que correspondam às legítimas expectativas dos professores.

No Ensino Superior, para fazer face aos desafios para 2018, concretamente a valorização das carreiras, a regularização dos horários

de trabalho, a renovação dos seus corpos docentes e do combate à precariedade laboral, que se verifica entre docentes, investigadores e bolsiros doutorados, as instituições de Ensino Superior, ao invés de incumprimentos no seu financiamento por parte do Governo, necessitam de ver reforçados os seus orçamentos de funcionamento, no sentido de garantirem a estabilidade e previsibilidade financeira.

Juntos para um SPN mais forte

2018 é o primeiro ano do mandato desta direção, sufragada em maio deste ano, assente na ideia de que só com o contributo de todos será possível reforçar a ação do sindicato e de que esta se exerce, primordialmente nas escolas, junto dos professores.

Esta ideia é tão mais importante quando se sabe que estamos à porta de uma década onde o professorado português, da Educação Pré-Escolar e dos ensinos Básico e Secundário, vai ser alvo de uma profunda recomposição.

No programa da Direção para o presente mandato foram identificados cinco grandes eixos de intervenção (informação, formação, apoio a sócios, organização e ação sindical), os quais terão, em 2018, os desígnios de seguida apresentados.

Informação. O Departamento de Informação assume a responsabilidade de aprofundar o trabalho que vem realizando em todas as áreas da sua intervenção, visando aperfeiçoar a ligação forte que deve existir entre a Direção e os sócios do SPN.

Assim, é nosso compromisso:

- manter a regularidade já estabelecida para a revista SPN. Informação;
- procurar a atualização permanente do site na internet, bem como do nosso facebook;
- dedicar atenção muito especial à produção própria de outros suportes informativos, tais como cartazes, desdobráveis, flyers, entre outros, visando a ligação com os professores e as escolas;
- manter o suporte informático para divulgação aos sócios que indicaram o seu e-mail da informação em cima da hora, de tomada de posições nossas, da Fenprof, ou outras julgadas pertinentes;
- melhorar os canais de comunicação com os órgãos de comunicação social generalistas, na busca de uma melhor e mais fidedigna passagem das nossas mensagens.

Formação. A formação é uma aposta a consolidar em 2018, seja pelo crescimento da procura por parte dos sócios do SPN, seja pela sua importância na formação contínua dos dirigentes, delegados, ativistas e professores.

Nesse sentido o Departamento de Formação, atendendo às solicitações das direções distritais, e garantindo resposta a todas as



propostas apresentadas, assume o compromisso de, ao longo de 2018, realizar formação creditada nas 15 delegações que constituem a área de influência do SPN, bem como seminários temáticos ou ações de curta duração em todas as delegações que o pretendam.

Organização interna e finanças. São compromissos do Departamento de Organização:

- detetar problemas de funcionamento do sindicato, identificar as suas causas e criar instrumentos ou procedimentos que contribuam para a sua solução;
- analisar mensalmente o número de entradas e saídas de sócios, por concelho e por setor, avaliar o seu significado, tentando perceber as razões que explicam as flutuações negativas ou positivas;
- auscultar regularmente os dirigentes responsáveis pelas delegações no sentido de conhecer as suas necessidades e dificuldades e encontrar os mecanismos mais adequados à sua superação;
- publicar mensalmente relatórios de contas que permitam a todos os dirigentes acompanhar e controlar as receitas e despesas do sindicato e assim poderem intervir e contribuir, sempre que necessário, para uma cada vez melhor gestão do dinheiro dos sócios.

Ação sindical. Os compromissos para a ação sindical, de acordo com os princípios programáticos assumidos para o triénio 2017/2020, são:

- consolidar a articulação e a operacionalização da ação sindical desenvolvida nas escolas e as ações reivindicativas decididas pelo SPN e pela Fenprof e no âmbito da CGTP-IN, bem como o controle de execução e a recolha de elementos que permitam a disponibilização de informação sobre o trabalho realizado;
- alargar a rede de delegados sindicais com o objetivo de garantir que cada agrupamento tenha, pelo menos, um delegado ou dirigente como elemento de ligação do sindicato à escola e aos professores. É esta ligação umbilical à escola e aos professores, o grande trunfo do SPN e da Fenprof, que lhes confere o estatuto de representantes maiores dos professores do Norte e dos professores portugueses e expressão da sua dimensão coletiva, a tal que depois possibilita que cada um, na imensa diversidade que nos caracteriza, possa ser professor de pleno direito, condição essencial para uma Escola Pública, de Qualidade e Inclusiva, no país e na Região Norte.

Apoio a sócios. O atendimento a sócios, nas suas várias vertentes – presencial, por telefone ou e-mail –, é cada vez mais fundamental na vida do SPN, com a sua importância a crescer ao longo dos últimos anos, fruto de circunstâncias várias, mas a que não são também alheios o acentuado envelhecimento da profissão e o consequente desgaste cada vez mais sentido por tantos docentes. Tornou-se, pois,

essencial o reforço desta frente de trabalho, não só pela alteração de práticas, como até nos recursos humanos e na sua organização. Assim, no início do ano escolar 2017/2018, e sem prejuízo da necessidade de se manter ou reforçar o envolvimento de todos os dirigentes na resposta às solicitações de natureza político-sindical, a nova Direção do SPN resolveu reforçar o serviço de pré-contencioso, atribuindo tempos específicos a dois dirigentes, na sede central no Porto, cobrindo todos os dias da semana (quatro horas diárias), os quais passam a ter por prioritária a função de triagem de situações de natureza técnico-jurídica, analisando todas as situações colocadas, resolvendo as que estejam ao seu alcance e encaminhando para os serviços jurídicos apenas as que necessitem inequivocamente dessa intervenção especializada.

Pretendemos que 2018 seja o ano de entrada em 'velocidade de cruzeiro' desta nova forma de trabalhar as questões de ordem legal que nos são colocadas e para as quais não haja uma resposta inequívoca imediata. Esta área será ainda reforçada com a admissão de um jurista que, além de atendimento direto a sócios e acompanhamento dos respetivos processos, assumirá a articulação com os dois dirigentes.

Num setor tão determinante para o SPN e para a sua imagem junto dos associados e dos professores em geral, é também essencial a consolidação de algumas boas práticas instituídas, mas sem perder de vista as possibilidades de melhorar. É o caso do uso da plataforma de resposta eletrónica (Inforsócios), que sendo já o veículo prioritário de comunicação com os nossos associados, ainda regista um uso bastante desigual entre as várias delegações do SPN, situação que se procurará progressivamente alterar, tendo em conta o objetivo com que aquela plataforma foi criada – vir a tornar-se o único veículo eletrónico de entrada de perguntas e saída de respostas aos associados.

Já antes pensados, mas até agora ainda não levados à prática, procuraremos, mais uma vez, instituir um encontro semanal, por teleconferência, entre responsáveis do departamento jurídico e todos os funcionários de apoio a sócios, bem como produzir um manual de consulta, a ser permanentemente atualizado, com esclarecimentos sintéticos sobre os assuntos que motivem mais contactos com o sindicato.

O fado nasceu um dia,
quando o vento mal bulia
e o céu o mar prolongava,
na amurada dum veleiro,
no peito dum marinheiro
que, estando triste, cantava,
que, estando triste, cantava.

Ai, que lindeza tamanha,
meu chão, meu monte, meu vale,
de folhas, flores, frutas de oiro,
vê se vês terras de Espanha,
areias de Portugal,
olhar ceguinho de choro.

Na boca dum marinheiro
do frágil barco veleiro,
morrendo a canção magoada,
diz o pungir dos desejos
do lábio a queimar de beijos
que beija o ar, e mais nada,
que beija o ar, e mais nada.

Mãe, adeus. Adeus, Maria.
Guarda bem no teu sentido
que aqui te faço uma jura:
que ou te levo à sacristia,
ou foi Deus que foi servido
dar-me no mar sepultura.

Ora eis que embora outro dia,
quando o vento nem bulia
e o céu o mar prolongava,
à proa de outro veleiro
velava outro marinheiro
que, estando triste, cantava,
que, estando triste, cantava.

José Régio,

Fado Português, em «Poemas de Deus e do Diabo»

A VER VAMOS



1. Olhando para o ano de 2017 no domínio da Educação, em Portugal, concretamente quanto ao funcionamento da Escola Pública, é inevitável lembrar o concurso de colocação de professores em mobilidade interna para o ano 2017/2018 – e, possivelmente, para os anos seguintes, olhando à natureza plurianual que a Lei confere ao concurso.

Não me refiro à contestação pública levada a cabo por professores e organizações sindicais, nem ao recurso à via judicial para tentar reparar uma ilegalidade. Penso, sobretudo, no facto consumado, há muito ultrapassado o “*periculum in mora*” de qualquer acção cautelar, na realidade dos docentes que realizaram o concurso acreditando na disponibilização da oferta de lugares segundo uma determinada lógica legal e consuetudinária, e que viram essa mais do que legítima expectativa frustrada e, por essa razão, se encontram afastados das suas famílias e residências em distâncias calculadas em centenas de quilómetros. A justiça, ou a falta dela, que vivem diariamente, o ter de lidar com toda a reestruturação de uma vida e a real ausência dos seus núcleos familiares, dificilmente poderão ser consideradas razões de fomento de produtividade e, como tal, ambicionadas por qualquer entidade empregadora.

De diferentes perspectivas, a decisão ministerial afigura-se difícil de compreender. Neste sentido não aceito o recurso ao argumento salarial, por muitas vezes repetido soará falso, pois não ignoro que os docentes colocados nos horários ditos incompletos, prestam na realidade o período normal de trabalho semanal completo desde o dia 1 em que se apresentam. Isto para não pensarmos em todas as substituições por motivo de doença que a situação em si provocou e todos os custos associados à decisão de disponibilização dos horários segundo uma nova e não anunciada lógica. Duvido que estas



peças sejam melhores professores e seguramente também não serão melhores pais, cônjuges ou colegas de trabalho. Mas esses são os custos que ninguém tenta comensurar.

2. Para não me focar exclusivamente em acontecimentos que julgo negativos, é imperioso referir que, à semelhança da generalidade dos serviços da Administração Pública, também as escolas públicas deram mais uma demonstração de que só a dedicação das pessoas permite superar graves lacunas de meios, fruto de sucessivos financiamentos insuficientes. É minha profunda convicção que hospitais, tribunais, escolas e outros serviços e repartições públicas, funcionam de forma digna porque aqueles que lá trabalham assim o possibilitam, com competência e uma invulgar dedicação à coisa pública. Esta é a dedicação que se cumpre e pratica diariamente e não aquela que se anuncia como trunfo eleitoral.

Esta minha ideia contraria a ideia, publicamente vendida, do funcionário público laxista e vale-me, de forma mais ou menos frequente, consoante as correlações políticas do momento, discussões e debates em que ouço esgrimir o exemplo daquele funcionário que naquele dia não esboçou um grande sorriso no atendimento ao público. Perdoem-me a franqueza, mas creio que a dimensão dos serviços e funcionalismo públicos nos escapa até ao dia em que verdadeiramente necessitamos e recebemos resposta capaz. Estamos seguramente longe daquilo que o país pode ser neste aspecto particular, mas igualmente longe do Estado sem capacidade de resposta básica às necessidades das pessoas.

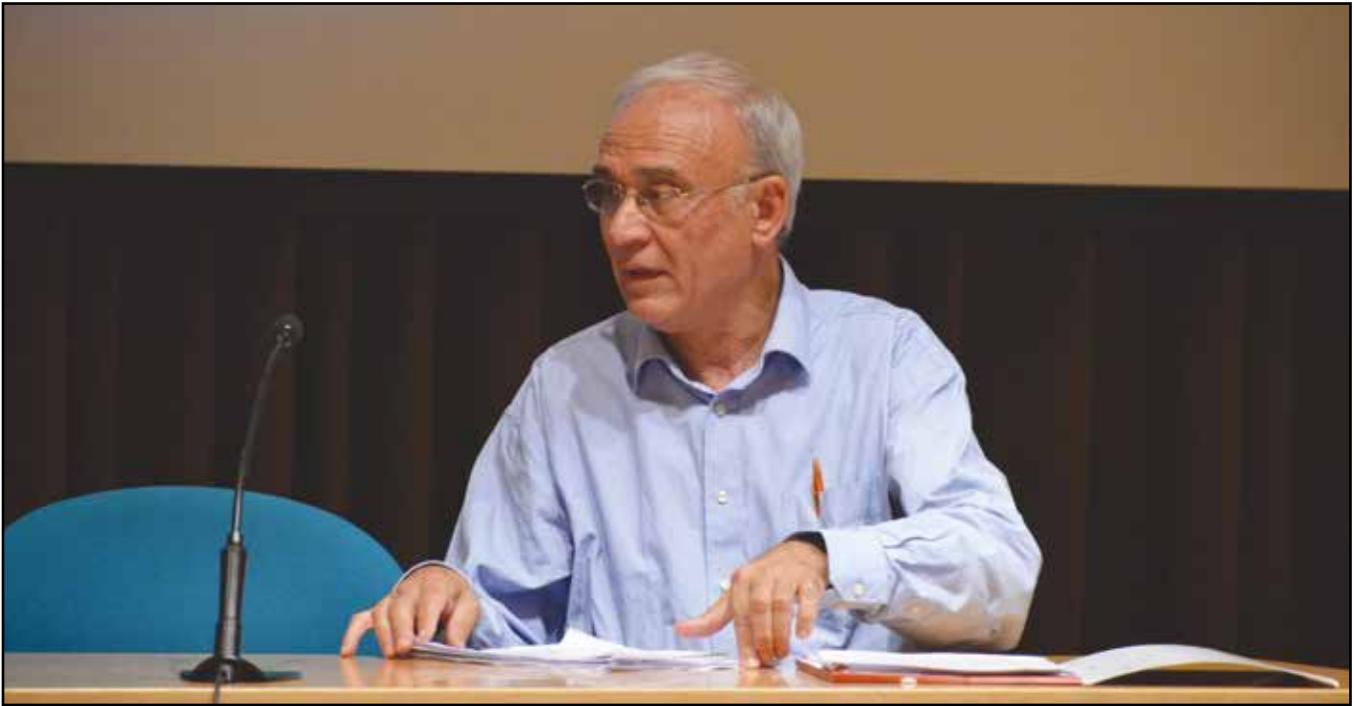
Assim acredito, ou acreditava, até aos incêndios que nos assolaram em 2017. Quanto mais tempo passa sobre os dias que originaram, e para outros criaram, as tragédias, maior é a sensação de aban-

dono, de falta de resposta e de total ausência de auxílio. O tempo dirá verdadeiramente como absorveremos as fatídicas perdas e se seremos ou não capazes de as ultrapassar. O que não pode suceder é ficar tudo mais ou menos na mesma, com esta ou aquela cabeça em determinado lugar. A ver vamos se somos merecedores da memória das vidas que se perderam.

3. Num olhar breve para o futuro, não escapamos ao propalado 'descongelamento' anunciado para 2018. Contudo, sobre isso procurarei escrever mais adiante, quando forem conhecidas em definitivo as regras que irão concretizar o retomar da normalidade laboral dos trabalhadores em funções públicas. Nessa altura veremos se, em 2010, as carreiras foram efectivamente 'congeladas' ou abusivamente subtraídas.

Em jeito final, lanço uma questão mais detalhada para o 2018 que se avizinha: continuará o concurso externo extraordinário a disponibilizar vagas para a vinculação em quadros de zona pedagógica que há anos não abrem essas mesmas vagas (na maioria dos casos nenhuma) para aqueles que já são dos quadros do Ministério da Educação e pretendiam naturalmente a sua mobilidade para outros quadros? Será esta e outras questões colectivas que determinarão a nossa acção no plano jurídico, a somar à permanente disponibilidade para representar as causas concretas dos nossos associados. Um ano de realizações felizes é o que desejo a todos.

José Miguel Pinho
advogado SPN



Manuel Carlos Silva

UMA VIDA DE MUITOS COMBATES E DE SONHOS MAIORES

No dia 4 de outubro, realizou-se na Universidade do Minho o colóquio Desigualdades Sociais e Políticas Públicas. Organizado por antigos alunos do professor catedrático Manuel Carlos Silva, entretanto aposentado, o objetivo principal foi prestar uma justa e merecida homenagem a uma das figuras notáveis da sociologia portuguesa contemporânea.

1. Fui aluno do Carlos no já distante ano letivo de 1992/93, na disciplina de Estratificação e Classes Sociais, do primeiro curso de mestrado em Antropologia da Universidade do Minho. As aulas eram à sexta-feira, ao final da tarde, num velho edifício no centro de Braga, a dois passos do café A Brasileira. Não raro, ia ter connosco à esplanada desse icónico café da cidade para nos chamar para a sua aula. Sempre muito afirmativo, tornando visível a sua posição teórica e política, nunca a procurou impor escudado na autoridade de que estava investido como professor, mas antes mobilizando a coerência e a força dos seus argumentos. E, claro, em momento algum cerceou o debate ou a livre expressão do pensamento dos seus alunos, mesmo quando se colocavam em contramão com o seu.

Com o seu entusiasmo militante, lá nos levou pelos debates mais atuais, sem descuidar os contributos dos clássicos, em especial de Karl Marx e de Max Weber. Recusando sempre o dogmatismo e retorcer a realidade de forma a encaixá-la nos seus quadros teóricos, o Carlos ofereceu-nos uma análise sofisticada da estratificação e das classes sociais, tendo como centro uma leitura multidimensional e complexa deste campo da teoria sociológica. Assumindo a centralidade da propriedade e do fator económico na definição da posição de classe – que tão bem caracterizou na feliz expressão “capital é capital” enunciada no segundo dia das suas provas de agregação, realizadas na Universidade do Minho em 2003, em resposta a uma questão colocada por um dos membros do júri –, o Carlos convocou repetidamente a nossa atenção para a importância dos contributos de Max Weber para a compreensão da estratificação e das classes sociais.

Embora o cavaquismo se encontrasse já no seu outono, o liberalismo reconstruído e triunfante prometia fazer escorregar a riqueza de cima para baixo, fazendo de cada cidadão um proprietário e acionista. A União Soviética e os seus aliados do Leste europeu tinham colapsado, Francis Fukuyama (1992) acabara de publicar «O Fim da História», livro no qual postulava o triunfo definitivo do capitalismo



e da democracia liberal, extinguindo assim o carácter histórico do sistema mundial, enfim, muitos diziam que isso de esquerda e direita eram conceitos datados, já sem qualquer aplicação real, a luta de classes tinha acabado com a derrota do socialismo saído da Revolução de Outubro, faz agora 100 anos. Eram, pois, tempos difíceis para falar de desigualdades sociais, estratificação e classes sociais, temas manifestamente fora de moda, sobretudo quando abordados a partir de uma posição marxista.

2. Mais tarde tive a oportunidade de trabalhar com o Carlos num projeto sobre prostituição feminina em regiões de fronteira. Embora a coordenação principal tenha sido da responsabilidade da Manuela Ribeiro, da Universidade de Trás os-Montes e Alto Douro, o Carlos foi o seu criador intelectual. O projeto tem uma longa história, cujas raízes podemos encontrar num artigo, ostensivamente abolicionista, publicado em 1998 nos *Cadernos do Noroeste*. E lembro este facto pois muito mudou na posição do Carlos em relação a este campo social, tornando patente que no seu pensamento não constitui um simples cliché, sem aplicação concreta, a relação dialética entre teoria e prática.

Na verdade, foi no confronto com o terreno e nos debates acesos com os jovens investigadores que faziam trabalho de campo – eu era um deles – que o Carlos deixou o abolicionismo para trás, assumindo hoje uma posição regulacionista fundada numa abordagem laboral para o campo do trabalho sexual. Não negando o papel relevante desempenhado pelas origens de classe e trajetos de vida e os efeitos provocados pelas desigualdades sociais na decisão da entrada e permanência das mulheres na economia do sexo, o Carlos valoriza outros aspetos como a capacidade de agência e de disposição de recursos destas mulheres, em ostensiva rota de colisão com as posições puritanas de parte significativa do movimento feminista, incluindo o vinculado ao Partido Comunista Português.

3. Referir este projeto leva-nos para o campo da intervenção social e política do Carlos. Indiscutivelmente, é um dos cientistas sociais mais comprometidos em Portugal, desde sempre envolvido na luta contra

o capitalismo e a exploração e opressão por ele produzidas sobre as classes trabalhadoras. Combatente determinado pela transformação revolucionária da sociedade, o Carlos nunca virou as costas a todas as lutas a que foi convocado, seja pela sua consciência, seja pelo apelo dos seus camaradas, nomeadamente no nosso SPN, onde sempre pugnou por um sindicato que – sem deixar de agir em prol dos interesses mais imediatos dos professores (salários e condições de trabalho) – seja parte ativa, juntamente com os partidos políticos de esquerda e os movimentos sociais, na luta coletiva por uma sociedade socialista e radicalmente democrática.

Guiado por um otimismo muito pouco weberiano (a isto voltarei no final da minha intervenção), o Carlos constitui uma referência quando pensamos em sociologia pública, sobretudo a vinculada à tradição marxista. Como é partilhado por todos os que alinham por esta forma de produção de conhecimento sociológico e político, o Carlos ambiciona mostrar e convencer que o mundo não tem que ser como é, contribuindo assim para a desestabilização daquilo que Michael Burawoy designa como a “inevitabilidade do presente”.

Em linha também com Pierre Bourdieu, ainda que com algumas gradações, o Carlos recusou sempre permanecer na “torre de marfim” universitária, antes mobilizou o conhecimento sociológico, não despindo o “fato de sociólogo” nas suas intervenções públicas, mas fazendo dele parte indispensável do seu envolvimento enquanto cidadão. Como bem nos mostra a prática do Carlos, a sociologia pública – ou qualquer outra designação que possa caracterizar o envolvimento dos académicos no debate com os cidadãos – é decisiva para evitar o fechamento da sociologia sobre si própria, evitando que ela se circunscreva ao fornecimento de conhecimento pericial ao poder político de turno.

4. Para todos os que têm no marxismo o principal farol teórico e político, o Carlos é uma referência incontornável, mostrando que vale a pena lutar, apesar de o vento da história raramente estar de feição e os baixios serem frequentes. Apesar da Universidade continuar a ser um admirável espaço de liberdade, garantido nomeadamente pelo estatuto profissional – e aqui as lutas sindicais, nomeadamente

»»

do SPN e da Fenprof, a que o Carlos pertence como dirigente, deram um contributo decisivo –, os constrangimentos sobre quem investiga também se fazem sentir, em conformidade com o que se passa em qualquer campo social, sempre trespassado por relações de poder. Mais, a crescente dependência dos centros de investigação e dos seus investigadores em relação a fundos externos dá uma margem de manobra acrescida aos financiadores e patrocinadores, cada vez mais oriundos do setor privado, para impor aquilo que se investiga e publica. Por outro lado, há que enfrentar os efeitos negativos daquilo que Michael Burawoy designa como “pressões normalizadoras das carreiras” que, num contexto de competição feroz, concorrem para desincentivar a presença dos académicos críticos no espaço da cidadania.

Por outras palavras, o exercício da liberdade proporcionada pelo campo académico depende, em grande medida, da energia criativa que cada um coloca na defesa dos compromissos políticos e sociais dissidentes a que está vinculado. Mesmo que isso implique conflitos e ruturas, a meu ver sempre mais estimulantes e principalmente mais úteis politicamente do que as meias-tintas dos compromissos moles.

5. A minha relação pessoal, profissional, mas sobretudo de amizade e camaradagem com o Carlos conta já um quarto de século de vida. É muito tempo, uma vida inteira! Terá sido o Carlos – creio que o contrário também é verdadeiro – o colega com quem mais publiquei, tendo estado envolvido em quase todos os projetos que coordenou. Sem que isso tenha beliscado as nossas cumplicidades, nem sempre estivemos de acordo. Já aqui referi o caso do trabalho sexual, posso mencionar também o nosso aceso debate acerca do *descrescimento* e do seu papel na definição de uma solução *ecosocialista*, iniciado nas minhas provas de agregação, faz agora um ano, e prosseguido com o longo prefácio que escreveu para o livro que delas vai resultar. Ou, já no campo da política, as nossas divergências em relação à União Europeia, hoje manifestamente esbatidas, pois os factos demonstraram que o Carlos tinha razão nas suas críticas ao projeto europeu.

O mesmo se aplica ao papel progressista que o nacionalismo pode desempenhar na luta contra a submissão à Europa comandada por

Berlim e aos seus braços burocráticos e antidemocráticos. Uma Europa, é oportuno lembrar, na qual os seus principais dirigentes e governos dizem, despidoradamente, que os presos políticos catalães são um assunto interno do Estado espanhol, fazendo justamente o contrário do que fizeram aquando da decomposição da Jugoslávia, a bem dizer, estimulada pelas principais potências imperialistas europeias. Lembro um texto de 2006, publicado no livro «Nação e Estado: entre o global e o local», no qual o Carlos, observando a recorrência do nacionalismo um pouco por toda a Europa, reclama a sua importância como resposta à exploração levada a cabo pelas empresas multinacionais como, já no plano europeu, às ingerências das principais instituições comunitárias nos Estados membros, algumas delas sem qualquer controlo democrático, como o Banco Central Europeu, braço armado do ordoliberalismo alemão e das políticas de austeridade que continuam a destruir a Grécia e a condicionar severamente o nosso futuro.

6. Porque a luta precisa do sonho, o Carlos continua a sonhar, guiado por um imenso otimismo no futuro das nossas sociedades, em especial no que se prende com a capacidade da liberdade e da ação coletiva nos fazer avançar no caminho da luta contra a exploração e a opressão. Aqui eu sou mais weberiano, não deixando de partilhar com o grande sociólogo alemão “uma visão (...) bastante pessimista do presente e do futuro da civilização moderna”, como lembra justamente Michael Löwy num livro recente.

Não sendo capaz de fazer minha a energia inesgotável que nutre o seu trabalho de investigação e a participação na política, no sindicalismo e nos movimentos sociais, partilho com o Carlos a ideia de que, citando o grande historiador marxista Eric Hobsbawm, “a única generalização cem por cento segura sobre a história é aquela que diz que enquanto houver raça humana haverá história”. Quero com isto dizer que, apesar do meu pessimismo, não deixamos de acreditar e, sobretudo, de lutar para que o futuro possa ser melhor do que o presente.

Fernando Bessa Ribeiro

Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho

TESTEMUNHO

O convite que a comissão organizadora me dirigiu para apresentar uma curta comunicação no painel *Ação Coletiva e Desigualdades Sociais* foi irrecusável, desde logo porque me deu a oportunidade de associar o Sindicato dos Professores do Norte (SPN) a esta homenagem ao Carlos Silva – membro da direção do próprio sindicato (e da Federação Nacional dos Professores), particularmente comprometido com as causas sindicais e sempre ativo na vida do sindicato, onde tem assumido responsabilidades, nomeadamente no Departamento

do Ensino Superior e da Investigação e enquanto presidente da Mesa da Assembleia-Geral. Numa iniciativa em que tantos disseram tanto sobre o Manuel Carlos Silva, a pessoa e o profissional, o sociólogo, o investigador, o ativista político e social, o sindicalista..., marcou-me especialmente o testemunho de quatro ex-alunas suas, hoje jovens sociólogas. Um testemunho sentido ao professor que lhes marcou profundamente a vida, com o seu saber, mas, sobretudo, com o seu exemplo e a sua inspiração. No final de um desses

testemunhos, uma das jovens afirmava: “Hoje é meu colega e meu amigo, mas será sempre... professor!”

Coincidindo esse colóquio-homenagem com a véspera do Dia Mundial dos Professores, foi particularmente gratificante assistir a um reconhecimento tão claro e tão expressivo da importância decisiva dos professores e do seu trabalho. Como disse um dia António Nóvoa, a propósito da docência: “Não vale a pena acreditar que podemos tudo. Não podemos. Mas podemos alguma coisa. E esta alguma coisa

é, muitas vezes, a ‘coisa decisiva’ na vida das nossas crianças e dos nossos jovens”.

Em nome da direção do SPN, felicito o Manuel Carlos Silva, professor, por esta merecida homenagem. E congratulo-me por, também no SPN, continuar connosco a abrir caminhos, com a sua inesgotável energia e a paixão que põe em tudo o que faz.

Manuela Mendonça

coordenadora do SPN

NÓS, OS PROFESSORES



1. Tem-se assistido nas últimas semanas, particularmente a partir da greve e manifestação de 15 de novembro, a um processo de autêntico *bullying* comunicacional contra os professores portugueses do ensino básico e secundário. O cenário é esmagador: não há personagem comunicacional de primeira ou terceira categoria (desde o habitual Miguel Sousa Tavares ao mais esdrúxulo psicólogo, jurista ou 'comunicólogo') que não tenha 'molhado a sopa'. Mesmo os pivôs televisivos, regra geral circunspectos, sugerem orientações aos secretários de Estado, exigem firmeza, reclamam políticas, peroram sobre a carreira dos professores.

O paroxismo foi atingido com José Miguel Júdice, ex-bastonário da Ordem dos Advogados e *ex-libris do lumpem* moral das grandes sociedades de advogados, quando chamou aos professores uma "raça", inaugurando uma nova categoria de racismo ou fobia, digna do DSM: o racismo ou fobia profissionais. Disse Júdice que "os professores é uma raça [sic] muito excepcional... são pessoas diferentes do resto da humanidade".

Há cerca de um mês [*outubro*] publiquei um artigo onde citava António Arnaut a defender que os médicos deveriam ter carreiras profissionais equivalentes às dos magistrados. Ora, se há especificidades no estatuto profissional dos magistrados são a autonomia profissional, a inamovibilidade e o muito razoável estatuto remuneratório. Escrevia eu, nesse texto, que esse raciocínio se devia aplicar com mais razoabilidade aos professores, já que a escola pública e os professores constituem a mais decisiva das infraestruturas democráticas, mais ainda que os médicos e o SNS. Sem os professores, ou com a sua diminuição, mais cedo ou mais tarde tudo rui. Descontando os *júdictes* e os *quintinos*, a questão principal do debate sobre o papel

dos professores na sociedade portuguesa diz respeito, justamente, à natureza do seu estatuto profissional. Vamos então por aí.

2. A profissão de professor é essencialmente ética. Diz respeito a fins pessoais e sociais a alcançar, dos alunos, da escola e das várias comunidades a que se encontra conectada. De modo amplo, os fins que se jogam nas suas tarefas profissionais são os que estão estabelecidos na Declaração Universal dos Direitos do Homem, na Constituição da República Portuguesa e na Lei de Bases do Sistema Educativo.

Pelo meio, bem entendido, há toda uma diversidade de especificidades e tensões. Desde logo, a principal responsabilidade dos professores é para com os seus alunos concretos, o que só pode ocorrer no contexto e assumindo aquela que é uma das suas principais características profissionais, a autonomia pedagógica e científica, sem as quais não é possível ser professor. Bem entendido, esta autonomia é de natureza tensional. Está em tensão com as comunidades locais, as direções das escolas, as demandas governamentais, os próprios interesses individuais dos alunos.

A autonomia profissional é uma pré-condição básica da profissão, sem a qual não é possível responder à virtualmente infinita complexidade e plasticidade das situações pedagógicas concretas, à permanente evanescência relacional, cada dia, em cada sala de aula. A autonomia profissional dos professores nada tem a ver com fixações corporativas, mas, pelo contrário, é condição de possibilidade de resposta ética e prática a cada um dos seus alunos. Sem autonomia profissional não há professores, mas simplesmente funcionários, repetidores, como se não houvesse alunos.





A somar a esta complexidade, as tecnologias pedagógicas são constitutivamente instáveis e não recolhem, nem podem recolher, consenso entre os profissionais da educação. Mais uma vez, o que funciona nuns casos pode não funcionar nos outros. As relações causais entre as ações dos professores e a configuração das aprendizagens não são suscetíveis de ser estabelecidas direta e positivamente. O que se ensina hoje, a ação de hoje, muitas vezes só refulge tardiamente e em conexão com eventos e relações que à partida não faziam sentido, mas que, de repente, começam a funcionar! Simplesmente não há como estabelecer tecnologias positivas de ensino-aprendizagem. Os jovens não se deixam padronizar.

3. Assim sendo, e sem aprofundar o assunto, a autonomia profissional dos professores está em tensão especial com a ideia vulgar de avaliação profissional, vista de um ponto de vista de prestação de contas metricamente definida, como comumente é pensada nas empresas e nas profissões imediatamente instrumentais, e que configuram o senso-comum sobre o assunto.

Sendo cada aluno, cada turma, cada escola e cada professor âmbitos específicos de responsabilidades, necessidades e respostas éticas e pedagógicas, não é possível estabelecer referenciais e padrões objetivos do que seja um bom professor, a não ser de modo negativo. É certamente possível definir o que é um mau professor, mas é impossível definir o que é um bom professor. Um bom professor num sítio pode ser um mau professor noutra, o que não faz dele integralmente mau ou excelente. A ideia segundo a qual é possível estabelecer um padrão objetivável do que seja um bom professor ou o desvio relativamente a esse padrão conduz, inevitavelmente, à perda da autonomia profissional e à sua calcificação, impedindo-o de responder às necessidades dos seus alunos, substituídas pelas necessidades do sistema de injunções métricas-avaliativas.

Porque é que isto é assim? Porque os professores lidam com crianças e jovens, pessoas em estado especialmente plástico do ponto de vista emocional, cognitivo e social; porque lhes compete ensinar criando âmbitos relacionais sumamente complexos; porque os seus saberes, essencialmente práticos, estão em mutação permanente, quer do ponto de vista especificamente científico, quer do ponto de vista metodológico e ético; porque, justamente, o entorno da escola é o

mundo todo e a posição do professor enquanto interface entre as crianças e os jovens e o mundo é do tamanho dessa complexidade. Não há, então, nada mais difícil e complexo do que ser professor, e tanto mais quanto mais jovem é o seu aluno.

4. Quer isto dizer que não é possível avaliar os professores?

De todo, não. A questão é o que entendemos por avaliação docente. Já vimos que se 'avaliação' quer dizer medir a distância de cada prática relativamente a um padrão profissional objetivo e 'excelência' – não há palavra mais repugnante, no contexto da profissão docente –, a resposta já foi dada. Não, isso não é possível. Nem desejável. Mais do que isso, a 'pulsão avaliativa' e observacional dos políticos é quase sempre mecanismo de legitimação das políticas e não instrumento de melhoria, correspondendo antes à paranoia panóptica internalizada na sociedade de transparência e de vigilância integrais em que nos transformamos.

Então como avaliar os professores?

A coisa é técnica e temo que os poucos leitores que tenham conseguido chegar a este parágrafo não sigam daqui para a frente. É sempre mais fácil ouvir o *júdice* ou o *quintino*. Mas a resposta, de muita gente de várias áreas de especialidade e minha, é que a avaliação dos professores não pode senão consistir num sistema de interpretação e diálogo permanentes entre os professores e as suas práticas.

Um sistema de interpretação permanente não liga com a ideia de prestação de contas e medição categorial. Eu sei. E ainda bem. Como se faz isso, então? Instituído, como está instituído, mecanismos de mediação e debate pedagógico nas escolas e fora delas, a que os professores tenham de recorrer, como recorrem... desde que lhes deem tempo. Sem tempo, nada feito. Não há avaliação possível. Nem interpretativa, nem objetiva (que não é avaliação).

5. E o que tem tudo isto a ver com as carreiras?

A carreira profissional dos professores não é um sistema de anti-guidade. Isto já foi dito mil vezes, mas o seu contrário foi dito um milhão. Mas mais vale dizê-lo, então, mais uma vez. A progressão dos professores na carreira depende de uma acumulação necessária de três fatores: avaliação de desempenho; formação contínua; tempo



de serviço. E a progressão ao quinto e sétimos escalões depende de vagas, estabelecendo uma barragem administrativa à progressão. Também não é verdade que todos os professores tenham as mesmas funções. A supervisão pedagógica e a coordenação dos departamentos científicos/pedagógicos são exclusivas dos professores do quarto escalão ou superiores. É certo, e assim é que está bem, que os coordenadores de departamento não são, nas escolas básicas e secundárias, superiores hierárquicos dos outros professores, mas apenas coordenadores das equipas pedagógicas, desde logo porque são eleitos (de entre os professores do quarto escalão ou superiores que sejam detentores de experiência relevante ou formação especializada).

Mas sim, é verdade que, em teoria, todos os professores podem chegar ao escalão mais alto da sua profissão, nem que seja nos últimos anos de serviço. E isso tem uma razão básica para ser assim. E a razão é económica e está bem que assim seja.

6. Como vimos, o professor é detentor de competências profissionais especialmente complexas. Para além das competências do seu campo científico (que não para de evoluir e lhe exige uma atualização permanente), são-lhe exigíveis competências culturais e emocionais muito amplas, susceptíveis de lhe permitirem uma compreensão, participação e relação aprofundadas com os seus contextos sociais, culturais e políticos, a começar pelo contexto da sua escola. Sem essas competências amplas, o professor transformar-se-ia num mero repetidor, alienando o aluno, treinando-o na obediência e, portanto, deixando de ser um professor.

Para que possa cumprir adequadamente estas exigências, os professores precisam de tempo. De tempo para si, para o cultivo daquelas competências culturalmente complexas, e de dinheiro. O saber custa dinheiro, como se sabe, e não se pode exigir aos professores que sejam tudo, literalmente tudo (!), e a seguir pagar-lhes como operários com funções repetitivas, instrumentais e operacionalmente simples. Os professores têm de ser razoavelmente pagos, para a média do país. Salários que permitam aos professores apenas uma relação mínima com o seu saber e formação é a opção de um saber pobre, mecânico, medíocre e sem futuro. A ignorância e o anquilosamento culturais são mais caros do que professores medianamente pagos.

Ora, esta é a grande opção que o Partido Socialista tem que fazer. Ou quer uma escola pública qualificada e democrática, o que implica professores qualificados, autónomos e dotados de saberes complexos, com requisitos salariais razoáveis (tendo em conta a média do país), ou quer uma escola pública autoritária, com professores hierarquizados, vigiados, desprovidos de autonomia profissional, mal pagos, proletarizados e, portanto, tendendo para a mediocridade profissional (como queria Maria de Lurdes Rodrigues). Em suma, ou quer uma escola pública decente ou quer uma escola pública para pobres, que sirva essencialmente a reprodução da desigualdade.

7. Temos, por último, a magna questão de haver ou não dinheiro para uma escola pública decente. O governo anterior vendeu com sucesso a ideia que não havia alternativa a um país pobre, feito de baixos salários, com funções públicas vegetarianas, quando não completamente destruídas.

O argumento era que não havia dinheiro. Muitos portugueses convenceram-se disso. Tantos que a PAF até ganhou as últimas eleições. Confirmamos, entretanto, que o governo de Passos e Portas estava enganado. Afinal havia alternativa ao governo anterior e às suas políticas. Mas, afinal, lá regressou pela janela a mesma conversa de que, afinal, não havia mesmo alternativa, ou, a haver, seria assim uma alternativazinha.

O PS e os partidos da esquerda parlamentar têm que se decidir, para que a verdadeira alternativa não seja a implosão do atual sistema partidário, a que Portugal conseguiu escapar pelos pingos da chuva, ao contrário do resto da Europa. Dizem que Costa é um génio da política e Centeno o Mourinho das Finanças. Com a ajuda do BE e do PCP, só posso estar convencido de que não deixarão de nos surpreender positivamente.

Entretanto, os *bullies* destes dias não deixarão de ser surpreendidos pela resiliência e saber cívico dos professores portugueses.

Francisco Teixeira

SPN/Departamento de Política Educativa

Texto originalmente publicado no Público Online, 23.11.2017

Professora explica porque deixou a sala de aula

NÃO SOMOS VISTOS COMO PROFISSIONAIS

História de uma jovem e promissora professora estadunidense que abandonou a profissão, com relutância, porque sentiu que existe uma total falta de respeito pelos professores das escolas públicas.



Para os propósitos deste artigo, admitirei que eu era uma boa professora. O conjunto de evidências que tenho para esta reivindicação inclui dados de progressão dos estudantes e classificações nos processos de avaliação do desempenho docente. Mas essas não foram as provas que me interessaram. As notas de agradecimento dos alunos, ou os elogios dos meus colegas ou dos administradores eram a única validação de que eu precisava, e muitos mais de entre os professores partilham este meu pensamento.

São esses momentos – e apenas esses – de que sentirei falta, agora que deixei de ensinar.

Quando falo a outros, não professores, sobre a minha decisão de sair, eles pressupõem que foi por causa dos alunos, dizendo alguma variação de “*Eu nunca poderia fazer esse trabalho!*” No entanto, as crianças eram o melhor do ensino, como a maioria dos professores sabe. A razão pela qual eu não poderia permanecer na única profissão que sempre quis foi a cultura negativa e a falta de respeito pelos professores.

Eu pensei muito sobre o que acho que pode ser feito para corrigir um sistema educacional que não funciona. Não é o salário, os alunos ou o tamanho da turma que está a fazer com que os professores se afastem da profissão. Se os EUA querem acabar com o déficit de professores, mantenham os bons e atraiam jovens, e uma mudança cultural importante deve ter lugar de imediato: as administrações devem adotar como princípio que os professores, na maioria dos casos, não são o inimigo. Os professores também têm um papel e, se realmente desejam operar a mudança, precisam de ser realistas sobre o seu impacto nos alunos e na cultura escolar.

Falando como *millennial* – actuais jovens professores e aqueles que entrarem na profissão durante os próximos oito anos ou mais –, nós queremos sentir como se estivéssemos a contribuir de forma significativa para a sociedade, uma característica da nossa geração. Este foi o meu pensamento quando entrei na profissão, com um idealismo sólido que me ajudou a aceitar muitos aspectos de que não gostava.

Como burros de carga. A minha primeira interacção com a realidade do ensino foi chegar no primeiro dia sem uma chave para a minha sala de aula, laptop, listas de alunos ou programas, nem fazendo a mínima ideia sobre onde encontrar essas coisas. As únicas pessoas que se dispuseram a ajudar-me a começar foram outros professores, também eles precisando de se preparar para o seu dia de aulas. Aprendi rapidamente que, como professora, tinha de ser engenhosa e capaz de descobrir todas as facetas do meu trabalho por conta própria. Não há como confiar nos representantes da administração, que muitas vezes não querem ser incomodados ou são mesmo abertamente hostis ao facto de serem procurados por um professor.

Outro facto concreto que aprendi foi que, para ser uma professora verdadeiramente eficaz, é preciso trabalhar constantemente. Nós somos tratados como burros de carga pela administração, que não nos presta qualquer reconhecimento, que nos impõe novas iniciativas a cada ano, a maioria das quais inconsequentes e abandonadas logo que surge algo novo. Eu leccionei turmas de Educação Especial (onde pensei que poderia fazer mais diferença) e as manhãs e as tardes eram sobrecarregadas de reuniões sobre programas educativos individualizados (PEI). As noites eram ocupadas a planificar aulas e os fins-de-semana a corrigir trabalhos e redigir os PEI. Deixei de estar com os amigos, a família e o marido, abdiquei de mim para encontrar satisfação no meu trabalho. Eu estava exausta e as coisas não mudaram quando, mais tarde, passei a leccionar turmas do regime geral.

Além das cargas de trabalho esmagadoras, vi professores sendo alvo da administração. Constatei que a administração protege a todo custo os professores que todos sabiam ser ineficazes e a quem faltava integridade, mas que eram os que mais se gabavam do seu “sucesso”. Os *millennials* prezam a ética no seu trabalho e eu estava a aprender que as escolas podem ser lugares bem pouco éticos. Como professores, nós nunca criaríamos esse tipo de cultura dentro das nossas salas de aula. Por que é que o sistema educativo como um todo não é tratado do mesmo modo?

Apatia e complacência. Apesar das cargas de trabalho que rivalizam com as de médicos num serviço de urgência ou advogados, aos professores não são dados a mesma consideração ou o mesmo respeito. Mais de 50% dos professores possuem habilitações superiores, tantas vezes à custa de enormes dívidas, fruto de empréstimos estudantis. No entanto, os seus vencimentos são quase 20% inferiores aos de outros profissionais com habilitações semelhantes. Este argumento é usado constantemente, mas, claramente, não é tão dissuasivo como se poderia pensar. Ninguém opta pelo ensino por dinheiro, mas pela capacidade de fazer a diferença a cada dia. A minha experiência e experiências semelhantes de tantos outros provaram que o cansaço crónico suportado pelos professores devido ao imenso peso da carga de trabalho, às expectativas ridículas e, muitas vezes, à hostilidade declarada leva a perigosas consequências

de apatia e/ou complacência. Admito que nem toda a responsabilidade cabe à Administração ou a maus directores. Um professor precisa avaliar consistentemente o efeito que está a ter e reavaliar regularmente as suas motivações para o ensino. Ensinar é uma ocupação altruísta e qualquer professor que não esteja no ensino por razões altruístas não deveria ser professor.

Felizmente, os maus professores são uma minoria, e a maioria são seres humanos interessados, gentis, flexíveis e inteligentes que querem genuinamente ajudar. Ainda assim, muitas vezes somos tratados como adversários pela administração, pelos políticos e pelos *media*. A discussão do preconceito implícito é omnipresente no ensino; é citado como o motivo para maior disciplina imposta a jovens rapazes negros por professores que os percebem como uma ameaça.

Ensino nunca mais. Uma das primeiras coisas que aprendemos é a desafiar as nossas percepções, porque os estudantes podem senti-las, quer estejam relacionadas ou não. Então, a questão é saber se os professores mereceram a sua reputação ou se eles simplesmente agem à altura das expectativas colocadas sobre eles. Se o sistema educacional quiser trazer os *millennials* e as gerações que se seguem, é imprescindível uma mudança de cultura que assuma uma intenção positiva e elimine essa negatividade.

Agora que deixei o ensino, descobri que a minha experiência como professora cria novos problemas. O mercado de trabalho pós-ensino não reconhece as competências que os professores possuem. Podemos fazer tudo. Podemos inspirar, gerir e formar um grupo simultaneamente aprendendo e operando tecnologias complicadas; somos mestres em colaboração; levamos a cabo regularmente actividades de aconselhamento da comunidade; somos especialistas em análise de dados e melhoria de processos. Passei quase seis meses tentando entrar numa nova carreira sem sucesso. A minha licenciatura tornou-se num mero papel que custou 90.000 dólares, já que tenho de começar de novo e fazer o meu caminho a partir do zero. Foi uma experiência humilhante, e talvez eu nunca chegue a ganhar tanto como ganhei no ensino.

Mas não ligo. Estou muitíssimo mais feliz. Não sei o que o futuro me reserva, mas sei que nunca mais voltarei ao ensino.

Conheci muitos professores e posso assegurar-vos que estas não são as queixas de uma *millennial* única e mimada. A falta de respeito e de valor atribuído aos professores está perpetuamente subjacente na educação. Manter professores qualificados na sala de aula é um problema crítico, porque não somos tratados como seres humanos. Não somos apreciados ou reconhecidos por um trabalho bem feito. Não somos vistos como eficazes. Não somos vistos como profissionais. Mudem a maneira como nos vêem. Nós estaremos à altura das vossas expectativas. Todos seremos melhores assim.

Morgan Knight Hermann

em National Education Association

[<http://neatoday.org/authors>, em 25.10.2017]



COMER A SOPA AQUECE O CORAÇÃO

Só para abrir o apetite: e que tal uma sopa de feijão frade, ou do mar? E uma de cavala? Ou a mesma, marinada com gaspacho verde? Estas são as propostas ‘nacionais’ – respetivamente, dos *chefs* Rui Paula Cardoso, Miguel Rocha Vieira, Ljubomir Stanisic e Kiko Martins – para o projeto editorial humanitário «Sopa para a Síria», de Barbara Abdeni Massaad.

A jornalista e gastrónoma libanesa visitou vários campos de refugiados sírios perto de sua casa e, refletindo sobre a forma de ajudar aquelas famílias, lançou uma campanha de distribuição de alimentos em vários campos por onde andou.

“O mundo falhou para com os refugiados da Síria e alguns dos países mais ricos do mundo viraram as costas a este desastre humanitário. Os vizinhos da Síria – Líbano, Jordânia, Turquia e Iraque – acolheram quatro milhões de refugiados. As necessidades alimentares são enormes e crescem a um ritmo galopante.” Visto isto, Barbara desafiou *chefs* e gastrónomos de renome mundial a juntarem-se numa campanha humanitária para distribuir comida e alimentos essenciais aos refugiados. Daí resultou um conjunto de receitas de sopas de todo o mundo, feitas com ingredientes simples que podem encontrar-se facilmente – das sopas quentes que aquecem no inverno a sopas frias que nos refrescam no verão.

Com mais de 80 sopas receitas por chefs de todo o mundo (também lá estão Alice Waters, Bourdain e Ottolenghi, por exemplo), a edição portuguesa é da Casa das Letras, custa 19,90€ e os lucros revertem para o apoio aos 3,8 milhões de sírios refugiados nos quatro países referidos, financiando a aquisição e distribuição de alimentos essenciais através do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR).

“A maioria dos sírios espera um dia poder regressar ao seu país e reconstruir a sua vida. Por agora, o que podemos fazer é ouvir e tentar atender os seus pedidos. Participe nesta missão de salvar vidas e ajude-nos a entregar alimentos aos refugiados sírios deslocados.”



GIL VICENTE NO CARLOS ALBERTO

“Embarcação do Inferno”, a coprodução com que A Escola da Noite (Coimbra) e o Centro Dramático de Évora assinalam os 500 anos do mais conhecido texto de Gil Vicente, é a primeira proposta teatral para 2018 do Teatro Nacional São João (TNSJ), no Porto. A temporada, entre 15 e 21 de janeiro, inclui espetáculos para o público em geral e para o público escolar, uma oficina para professores e uma entrevista ao vivo com José Bernardes e terá lugar no Teatro Carlos Alberto.

Coproduzida por duas das companhias que mais têm trabalhado o património vicentino, “Embarcação do Inferno” estreou em outubro de 2016, em Évora, e, desde então, o espetáculo já foi visto por cerca de 10 mil espectadores, entre os quais largas centenas de alunos e professores do ensino secundário.



ALMADA NEGREIROS NO SOARES DOS REIS

Até 18 de março, o Museu Nacional de Soares dos Reis, em colaboração com a Fundação Calouste Gulbenkian, acolhe a exposição *José de Almada Negreiros: Desenho em Movimento*. A mostra reúne nove dezenas de trabalhos que dão conta da importância da linguagem cinematográfica na obra plástica desta figura ímpar do modernismo português – “Isto de ser moderno é como ser elegante: não é uma maneira de vestir, mas sim uma maneira de ser. Ser moderno não é fazer a caligrafia moderna, é ser o legítimo descobridor da novidade.” (Almada Negreiros, conferência O Desenho, Madrid, 1927)

No Museu Soares dos Reis são apresentadas várias obras que estiveram expostas em Lisboa [*José de Almada Negreiros. Uma maneira de ser moderno*], mas há algumas novidades e também inéditos, descobertos já depois do encerramento da exposição na capital.

“UM POR CENTO PARA A CULTURA”

**APOIAR 1018 CRIANÇAS
VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA
POR ANO, SÓ CUSTA X.**

**DOE 0,5% DO IMPOSTO LIQUIDADO À APAV,
NO QUADRO 11 DO MODELO 3 DA SUA DECLARAÇÃO DE IRS.**

☒ NIF 502 547 952

APAV[®]

Apoio à Vítima



TAXA PAGA
PORTUGAL
CONTRATO 119214



PUBLICAÇÕES
PERIÓDICAS

AUTORIZADO A CIRCULAR
EM INVÓLUCRO FECHADO
DE PLÁSTICO
DEO1822015CE
PODE ABRIR-SE PARA
VERIFICAÇÃO POSTAL

nesta edição

- editorial
03. **“Unidos construimos o amanhã que queremos”**
- ação sindical
05. **15 de novembro: ponto alto da luta dos professores**
06. **Congelado ou roubado, o tempo não pode ser apagado**
08. **“Já não estamos no Verão Quente de 75”**
09. **Perante a inflexibilidade do ministério, a luta terá de ser o caminho**
10. **Docentes aposentados: satisfeitos e com vontade de lutar**
- notícias spn
12. **Aniversário do SPN em S. João da Madeira | Bragança e Mirandela**
14. **Lição de um mestre**
17. **Tempo de resolver problemas [plano de atividades SPN'2018]**
- contencioso
20. **A ver vamos**
- em foco
22. **Manuel Carlos Silva: uma vida de muitos combates e de sonhos maiores**
- vemos, ouvimos e lemos
25. **Nós, os professores**
28. **Não somos vistos como profissionais**
- apostas spn
30. **Comer a sopa aquece o coração | Gil Vicente no Carlos Alberto | Almada Negreiros no Soares dos Reis**

A DIREÇÃO DO SINDICATO DOS PROFESSORES DO NORTE E A SPN.INFORMAÇÃO DESEJAM A TODOS OS LEITORES UM 2018 DE SUCESSO PROFISSIONAL E PESSOAL



Maria João Serpa

spn
informação

publicação trimestral
distribuição gratuita aos sócios
do sindicato dos professores
do norte
[não sócios: 2 euros]

DIRETORA
MANUELA MENDONÇA

ano XXXI - II série - nº 75
out nov dez 2017
spninfo@spn.pt